



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

**MAPAS PARTICIPATIVOS:
QUANDO OS POVOS GRAFAM SEU MUNDO –
O CASO DO MAPEAMENTO BIORREGIONAL NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO KAONGE, DENDÊ,
KALEMBÁ, ENGENHO DA PONTE E ENGENHO DA PRAIA**

Brasília – DF

2015

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

**MAPAS PARTICIPATIVOS: QUANDO OS POVOS GRAFAM SEU MUNDO -
O CASO DO MAPEAMENTO BIORREGIONAL NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO KAONGE, DENDÊ, KALEMBÁ, ENGENHO DA PONTE E
ENGENHO DA PRAIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia
da Universidade de Brasília, como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra. Helen Gurgel

Brasília – DF

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**MAPAS PARTICIPATIVOS: QUANDO OS POVOS GRAFAM SEU MUNDO -
O CASO DO MAPEAMENTO BIORREGIONAL NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO KAONGE, DENDÊ, KALEMBÁ, ENGENHO DA PONTE E
ENGENHO DA PRAIA**

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

APROVADA POR:

Prof^a Dra. Helen Gurgel – Departamento de Geografia – IH - UnB
(PROFESSORA ORIENTADORA)

Prof^a Dra. Shadia Hussein de Araújo – Departamento de Geografia – IH – UnB
(PROFESSORA EXAMINADORA)

Prof^a MSc. Stéphanie Nasuti – Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB
(EXAMINADORA EXTERNA)

Brasília, 03 de julho de 2015.

Apresentação

Minha vivência nos quilombos do Vale do Iguaçu, no Recôncavo Baiano, parte de um deslocamento espacial e indenitário. Em programa de mobilidade acadêmica, durante um ano e meio estive matriculada no curso de Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No ano de 2011, em que ingressei na UFBA, participei de projeto de extensão referente ao “Mapeamento Biorregional”, sendo esta, dentre várias atividades acadêmicas em que atuei, a mais significativa.

O uso do termo “Mapeamento”, comum na vida de qualquer graduando em Geografia, foi o primeiro atrativo para a escolha de me matricular na disciplina cujo projeto era intitulado “Mapeamento Biorregional Participativo como Ferramenta para a Educação Ambiental em Comunidades Costeiras”. Posteriormente, fui informada que, naquele período, se trabalharia tal mapeamento em comunidades quilombolas.

Sempre me foi presente uma inquietação no que diz respeito à falta de referências que remetesse a história afro-brasileira. Sendo esse também um dos critérios na minha opção por estudar na UFBA, universidade situada na capital com forte identidade afro-brasileira.

Ao participar de todo o processo de confecção de Mapas Biorregionais em comunidades quilombolas, a sensação de privilégio por ter acesso àquelas histórias e pessoas era constante. Deparar-me com o produto final, as histórias de comunidades quilombolas relatadas em seus territórios representados por mapas como representação simbólica da Geografia, com suas expressividades e a potencialidade de seu uso futuro, foi um divisor de águas. Saber que uma comunidade negra, rural, quilombola, se apropriava de sua história documentada em mapas, me fortaleceu enquanto pessoa e futura geógrafa. Tive maior veemência da minha escolha profissional e dos caminhos a percorrer dali pra frente.

Dois anos depois, acompanhei enquanto voluntária o Mapeamento Biorregional em comunidade de pescadoras e marisqueiras no Baixo Sul da Bahia. Esse processo foi muito enriquecedor, pois me reafirmou a importância de se trabalhar com mapas participativos (Biorregionais), além da minha percepção de apropriação pessoal das técnicas e metodologias após a primeira experiência. Foi nesse momento que resolvi que meu Trabalho de Conclusão de Curso se daria através da minha experiência com o Mapeamento Biorregional.

Por questões práticas e afetivas, fiz a escolha de aqui me dedicar ao primeiro trabalho realizado, nas comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia. Mesmo contando com

vários empecilhos, como a perda dos relatórios de campo dessa vivência, que estariam arquivados no laboratório responsável pelo projeto na UFBA. Com consciência que isso me traria enormes dificuldades, ainda assim insisti.

Após o fim do programa de mobilidade acadêmica, ao retornar à UnB, ficava me questionando: Qual foi a importância do Mapeamento Biorregional efetivamente na vida dos quilombolas? Estão verdadeiramente sendo úteis? A população conseguiu realmente dominar as técnicas para a confecção dos Mapas? Desejou produzir outros? Se sim, qual seria o tema?

Assim, no ano de 2014, fiz viagem à Bahia a fim de fazer uma visita às comunidades quilombolas para detectar o uso atual dos mapas, obter respostas para os meus questionamentos e constar neste trabalho final. Cheguei aos quilombos, onde fui muito bem recebida por todos e recebi autorização de Dona Juvani, liderança quilombola nas comunidades, para realizar entrevistas. Em caráter de conversa foi aplicado um questionário que essas e outras dúvidas, sendo documentado em áudio e caderno de campo, com autorização prévia de todos os participantes. Também registrei por meio de fotografias os resultados de onde estavam expostos os Mapas Biorregionais, assim como um novo Mapa Biorregional, confeccionado pelas comunidades de forma autônoma no ano anterior (2013), o Mapa das Parteiras.

Fiquei muito satisfeita com os resultados e tinha um rico material. Mas quando retornava do Campo, com novas imagens fotografadas, constatei, ainda no ônibus de volta para Salvador, que estava sem a máquina fotográfica que estava em minha posse no momento do embarque. Uma possível perda, ou mesmo roubo, dado que situações como essa infelizmente ocorrem corriqueiramente nas mediações da cidade de Salvador (BA). Depois de me muito me entristecer e quase desacreditar, mais uma vez, com outras dificuldades, insisti.

Toda vez que recorro da vivência, das amizades feitas, da força que vinha do chão, no brilho dos olhos dos quilombolas ao contarem sua história ou se referirem ao seu território e cultura com tanta afetividade, assim como os resultados constatados, renovo minhas forças. E assim, dessa vez pela minha memória, afeto, desejo e identidade – elementos básicos para construção de Mapas Biorregionais - mais uma vez, insisto em desenvolver este trabalho.

Dedicatória

*Dedico este trabalho a todas as comunidades tradicionais ou periféricas que
bravamente resistem em seus territórios.*

Agradecimentos

Ao meu pai, Fernando, sempre e por tudo, principalmente por apoiar e investir em qualquer caminho que eu optasse, mesmo que não compactuasse com ele. À minha mãe, Sandra Mara, por ser espelho forte e sempre me incentivar a chegar aqui. Aos meus irmãos, Fernanda e Rafael, pela parceria de me sentir literalmente entre eles a cada passo que dou. E mais uma vez à Fernanda, minha Fata, pelo apoio na tradução. À Vó Querida, por ter sido a melhor professora e companheira de leituras que já tive até hoje.

Às comunidades quilombolas do Vale do Iguaçu, pela receptividade e por alimentarem minha convicção de trabalho baseado nos sonhos reais. À equipe do MARSOL, especialmente Professor Miguel, Taís, Maurício, Amália, Nati, Julinha, Davi e Tati, por termos criado outras cartografias de afetos. À amiga-irmã, companheira de vida, devaneios e profissão, Didi, pela compreensão e paciência sempre tão dedicadas a mim, e pelo apoio nos mapas. À Sabine, por ter me dito tudo com a sinceridade do olhar, se apavorar e ainda assim acreditar em mim e me ajudar a recomeçar. À Tia Nívea, por todo o apoio, afeto e descomunal solidariedade. À Leci, pelo estímulo. À minha orientadora Anne Elisabeth, pelo auxílio prestado na organização dos meus pensamentos vagantes. Às amigas e amigos que me inspiram com sua luta diária e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

E finalmente, agradeço a todo Chão que já pude pisar.

*“Força da paz, que cresça sempre, sempre mais,
Que viva a paz e acabe as fronteiras
Niro o Niro o Ni”*

*(Oração cantada ao início de cada trabalho a ser realizado nas comunidades quilombolas do Kaonge, Kalemhá,
Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia.)*

Resumo

A presente pesquisa faz uma análise sobre as possibilidades de confecção e uso de Mapas Participativos, em especial, os Mapas Biorregionais. Tomamos como base a vivência em Mapeamento Biorregional a partir de projeto de extensão universitária realizado nas comunidades quilombolas Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, no Recôncavo Baiano. O histórico de resistência, as dinâmicas embasadas no trabalho coletivo e a cultura, são legados de seus ancestrais que perpetuam nos dias atuais e reforçam a identidade local. A partir do Mapeamento Biorregional o relato das histórias que compõe a territorialidade são registradas e constam no produto final, legitimando seus saberes tradicionais. Assim como expressam a identidade das comunidades quilombolas pelo uso de elementos e figuras que a comunidade se identifique, logo, a leitura desses Mapas é feita tanto pela linguagem escrita quanto visual. Os Mapas Biorregionais tem proposta de empoderamento comunitário, pois, além dos diagnósticos realizados ao longo do processo de Mapeamento com potencialidade de planejamento do desenvolvimento comunitário, é uma ferramenta que a própria comunidade define qual será a sua finalidade.

Palavras-chave: Mapas Participativos; Mapeamento Biorregional; Comunidades Quilombolas; Resistência; Identidade.

Abstract

This research makes an analysis of the possibilities of making and using Participatory Maps, in particular, Bioregional Maps. We take, as a basis, the experience in Bioregional Mapping from a university extension project carried out in quilombolas¹ communities Kaonge, Dendê, Kalemhá, Engenho da Ponte and Engenho da Praia, in Reconcavo Baiano. The history of resistance, the dynamics focused on the collective work and the culture are legacies of their ancestors that perpetuate on the early days and reinforce the local identity. Stating from the Bioregional Mapping, the report of the stories that make up the territoriality are registered and included in the final product, legitimizing their traditional knowledge. As well as they express the identity of the quilombolas communities by the use of elements and figures that the community is identified, so, the reading of these Maps is done both in the written and visual languages. The Bioregional Maps have a proposal of an empowerment community for the fact that, besides the diagnoses made during the process of mapping with the planning capability of community development, it is a tool that the community itself defines what its purpose will be.

Keywords: Participatory Maps; Bioregional Mapping; Quilombolas Communities; Resistance; Identity.

¹ Traditional Afro-Brazilian Communities - without translation

Lista de Siglas

ACC - Atividade Curricular em Comunidade

CECVI – Centro de Educação e Cultura Vale do Iguaçu

ECOMAR - Ecologia Costeira e Maricultura

FCP – Fundação Cultural Palmares

FLONA - Floresta Nacional

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MARSOL – Mar & Cultura Familiar Solidária

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NEGA - Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UC – Unidade de Conservação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

Lista de Figuras

Figura 1_____p. 61

Figura 2_____p. 61

Figura 3_____p. 62

Lista de Mapas

Mapa 1	p. 30
Mapa 2	p. 43
Mapa 3	p. 49
Mapa 4	p. 64
Mapa 5	p. 64
Mapa 6	p. 65
Mapa 7	p. 65

Lista de Fotografias

Fotografia 1_____p. 51

Fotografia 2_____p. 53

Fotografia 3_____p. 54

Fotografia 4_____p. 56

Fotografia 5_____p. 57

Fotografia 6_____p. 58

Fotografia 7_____p. 59

Fotografia 8_____p. 60

Fotografia 9_____p. 62

Sumário

Introdução	17
1. Mapas Participativos: O povo grafa seu mundo	23
1.1 – Planejamentos Ambientais para gestão territorial.....	26
1.1.1 – O caso da Floresta Nacional de Tefé	27
1.2 – Mapeamento Biorregional: Dando voz à terra e à cultura.....	31
1.2.1 – Histórico do Mapeamento	35
2. Mapeamento Bioregional Participativo nas Comunidades Quilombolas do Vale do Iguape: Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia	38
2.1 – Quilombos: Questões Conceituais.....	38
2.1.1 – Histórico do Vale do Iguape no Recôncavo Baiano	40
2.1.2 – Comunidades Quilombolas do Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia atualmente: Características Gerais	42
2.2 – O Caso da Produção de Mapas Biorregionais nas Comunidades Quilombolas do Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia.....	47
2.2.1 – Os objetivos.....	47
2.2.2 – Os Dados	48
2.2.3 – A Metodologia.....	50
2.2.4 – Resultados	63
3. Conclusão	66
Referências	70

Introdução

A presença humana no mundo deixa suas marcas: o povoamento de florestas, antes inabitáveis, as manifestações culturais como as dos povos negros e indígenas, as favelas, em sua cotidiana batalha para a construção de sua própria imagem. Movido pelo desejo, o homem cria e grafa seu mundo. (ROLNIK, 2011). A partir de como e onde se encontra, o homem procura representar-se espacialmente, como uma necessidade social de registrar o espaço onde vive. (MARTINELLI, 2014).

Há milhares de anos, mapas das terras conhecidas eram desenhados em argila, madeira, peles de animais, rochas, além das pinturas rupestres que representavam percursos para a caça. Os mapas são a mais antiga representação do pensamento geográfico.

Com o avanço do conhecimento, sobretudo em geometria e astronomia, foram criadas novas tecnologias de medição da terra mais precisas. Os mapas traziam auxílio para a agricultura, o transporte, assim como para a conquista e a defesa territorial.

Foi, entretanto, no período das Grandes Navegações durante os séculos XV e XVI, onde houve grande desenvolvimento cartográfico, o que possibilitou a representação do mundo de forma mais aproximada da realidade. A verdade é que, da argila à tela de computador, os mapas sempre representaram, e ainda representam, nosso entendimento do mundo. Porém, certamente os mapas técnicos sempre foram elaborados por pessoas que dominavam conhecimentos cartográficos, e que estavam a serviço dos poderes hegemônicos.

A partir da segunda metade do século XX, em contrapartida, surgem novos métodos de mapeamento, baseados em construção coletiva, horizontal e diretamente atuante das comunidades que habitam o território a ser mapeado. À produção de mapa aberto à participação cidadã, na qual se põe em prática um saber cartográfico fundamentado em vivências, memórias, tradição oral, especificidades socioculturais, afetividade, ou seja, todos os elementos que possam contribuir para a construção da identidade de uma comunidade, dá-se o nome de Mapeamento Participativo. É um processo reflexivo e crítico que incorpora as dimensões da construção identitária no território.

Herlihy & Knapp² (2003 *apud* Acsehrad e Coli, 2008), afirmam que o Mapeamento Participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os inserem em modelos mais convencionais de conhecimento. Fica claro, então, que é essencial que se leve em conta, no processo de produção de Mapas Participativos, a percepção e o conhecimento da população envolvida.

Tal técnica de mapeamento tem possibilidade de dar visibilidade a comunidades que vivem em total abandono, alijadas do acesso a diversos serviços como saúde, educação, saneamento básico, ou mesmo a possibilidade de produção e comercialização de produtos que garantam sua subsistência. Essa visibilidade é derivada do fato de instituições como universidades, governo, ONGs, entre outros, que ao desenvolverem parcerias com as comunidades, produzem mapas locais que possibilitam a divulgação e difusão das carências ou potencialidades de determinado território, possibilitando ações efetivas.

Existem, ainda, no Brasil, inúmeras comunidades invisíveis aos olhos das autoridades competentes, totalmente desassistidas dentro da esfera social. Assim como aquelas que se mantêm em territórios de disputa por muitas vezes ocuparem áreas preservadas. Devido ao grande potencial econômico e ambiental muitas vezes presente nesses locais, vários interesses capitalistas agem com o intuito de dominá-lo.

Em contrapartida, é crescente o número de trabalhos acadêmicos, técnicos e de planejamento, desenvolvidos com esses grupos ameaçados ou desfavorecidos em seu benefício através de Mapeamento Participativo. O intuito é que os Mapas se transformem em instrumentos valiosos de pesquisa e ação em prol do desenvolvimento social, ambiental e econômico do território, e em muitos casos, a luta pela terra.

Nesse novo fluxo, diversas comunidades tradicionais que sempre tiveram exclusas dos mapas oficiais vêm gradativamente se utilizando dessa ferramenta como forma de afirmar e/ou reivindicar seus direitos sociais e territoriais em diferentes contextos.

Existe vasta fonte bibliográfica descrevendo práticas não resultantes de interesses de poderes dominantes, exclusivamente, constando, inclusive, extensa variedade de nomenclaturas. No Brasil muitos atores que, de alguma forma, dialogam com esta cartografia social, como instituições acadêmicas, por exemplo, comumente usam o termo “Mapeamento Participativo”, sendo essa a categoria definida para constar

² HERLIHI, Peter H ; KNAPP, Gregory (eds.). 2003. **Maps of, by and for the Peoples of Latin America.** Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, nº 4, Winter 2003.

neste trabalho.

Nesse contexto, foi realizado Projeto para confecção de Mapas Participativos, neste caso, Mapas Biorregionais, em comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia no ano de 2011. As atividades se deram através de extensão universitária, em disciplina intitulada Atividade Curricular em Comunidade (ACC), como Projeto “Mapeamento Biorregional Participativo como Ferramenta para a Educação Ambiental em Comunidades Costeiras”, desenvolvido pelo Programa MARSOL – Mar & Cultura Familiar Solidária, situado no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia. A possibilidade de operarmos nesse Projeto se deu ao fato de sido realizada mobilidade acadêmica para a Universidade Federal da Bahia, logo, atuante enquanto estudante extensionista do Projeto no citado ano.

Assim, este trabalho objetiva expor os processos de construção dos Mapas Biorregionais Participativos junto às comunidades quilombolas do Kaonge, Dendê, Kalemhá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, como possibilidade de empoderamento social e inclusivo, realizado enquanto projeto de atividade de extensão da UFBA. Os objetivos específicos são:

1. Ilustrar uso de Mapeamento Participativo para gestão territorial, exemplificando metodologia utilizada por órgão governamental;
2. Apresentar o Mapeamento Biorregional enquanto categoria específica de Mapeamento Participativo;
3. Identificar elementos históricos, culturais e sociais das comunidades quilombolas;
4. Destacar o processo de confecção dos Mapas Biorregionais nas comunidades quilombolas do Kaonge, Dendê, Kalemhá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia.

Ressalta-se que neste trabalho tal objeto se denominará apenas enquanto Mapa Biorregional ou Mapeamento Biorregional, pois, por questões práticas, assim é referenciada essa categoria de Mapeamento Participativo pelo referido Programa responsável.

Muitos relatos são encontrados em publicações a respeito de Mapeamento Participativo. No entanto, não há bibliográfica com sólido conceito no que concerne aos atores envolvidos e a finalidade dos mapas gerados. Para Fox et al. (2008 p.72) “O

mapeamento participativo com base nas comunidades é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais.” Para Colchester (2002, *apud* Acserald, 2013, p. 19), por exemplo, os Mapas Participativos “revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como, também, para planificar o manejo dos recursos naturais.”

Assim, optamos por ilustrar possibilidade concreta de uso de Mapeamento Participativo selecionando um evento específico, neste caso, envolvendo comunidade residente em Unidade de Conservação (UC) e órgão federal gestor desta UC. Apresentaremos caso relatado em Plano de Manejo do ICMBio da primeira Floresta Nacional a ser reconhecida como projeto de “reforma agrária ecológica” do país. A gestão legal da UC compete ao Estado, e nesta, habitam pescadores tradicionais. Em Plano de Manejo do território, foi realizado o zoneamento da região, através de Mapeamento Participativo, em diálogo do órgão gestor com a comunidade. Julgamos relevante esta exposição deste caso, dado as disparidades das características dos casos que serão apresentados, porém com uso de ferramenta semelhante, no caso, Mapeamento Participativo.

Portanto, para alcançar esse objetivo, no primeiro capítulo, recorreremos à breve compreensão de Mapeamento Participativo. Seguido de apresentação de categoria que têm tido crescente o uso de Mapeamento Participativo em casos de gestão ambiental. Logo há exposição de zoneamento para Plano de Manejo em Unidade de Conservação com uso de Mapeamento Participativo, o caso da Floresta Nacional de Tefé (AM).

Em seguida, apresentamos o Mapeamento Biorregional, suas características, especificidades e histórico dessa categoria de Mapeamento Participativo.

Esses estudos fornecem um substrato para o segundo capítulo, onde discorreremos sobre o caso de Mapeamento Biorregional nas comunidades quilombolas do Vale do Iguape em que participamos conjuntamente. Inicialmente, ele se dá por identificar elementos que caracterizem quilombos de forma geral. Logo após, há um breve histórico da formação dos quilombos na região, visto que a territorialidade e identidade dessas populações se constituem por base nesse histórico. Posteriormente, recorreremos às características gerais das comunidades participantes diagnosticadas durante o Mapeamento realizado no ano de 2011.

A análise histórica e conceitual, assim como as propriedades de organização,

produção e cultura atuais, geram condições para compreender características de diversos elementos que irão compor o caso prático do estudo realizado, organizado também nesse segundo capítulo. O caso do Mapeamento Biorregional nas comunidades quilombolas do Kaonge, Kalemhá Engenho da Ponte e Engenho da Praia.

Por fim, discorreremos sobre os usos atuais dos mapas produzidos, com finalidade principal de subsidiar o projeto sócio econômico de turismo étnico “Rota da Liberdade” na região, constatada em visita de Campo realizada um ano após a finalização dos mapas. Nesse momento final há breve análise sobre os casos apresentados.

Este é um trabalho baseado em pesquisa documental, leituras de livros e artigos, entrevistas e, principalmente, na vivência que tivemos junto aos quilombolas. As atividades foram realizadas em cinco quilombos do Vale do Iguaçu no Recôncavo Baiano: Kaonge, Kalemhá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, pertencentes ao município de Cachoeira no estado da Bahia. Sendo essa vivência o primeiro contato de estudantes e comunidade com essa cartografia social, no caso, os Mapas Biorregionais.

A equipe acadêmica do Projeto, destinada a apresentar esses saberes científicos, foi formada por estudantes de diversos cursos, como oceanografia, geografia, nutrição, antropologia, biologia, artes cênicas, entre outros, matriculados na disciplina Atividade Curricular em Comunidade - ACC. Além de professor da disciplina e também coordenador do Programa MARSOL e duas monitoras.

A oferta da referida disciplina, ocorre nos vários institutos do UFBA, em projetos diversos, com a proposta de ressignificação da extensão acadêmica, propondo contato direto e efetivo entre graduandos e segmentos sociais de diversas categorias. Essa disciplina surge como uma tentativa de rompimento da ideia de universidade enquanto mantenedora de uma estrutura que exclui moradores periféricos, indígenas e quilombolas e que impõe o conhecimento científico enquanto único saber legítimo. À luz do pensamento de Souza, elucidamos, “O universo do cientista europeu, ou seja, seu próprio modelo de vida e costumes, passou a ser critério da normalidade. É a visão eurocêntrica se impondo como formadora de conceitos científicos e sociais” (SOUZA; SOUSA; LIMA; SILVA, 2005, p. 16).

Mesmo atravessando séculos de resistência e negação, subjugados por uma nação que impôs uma identidade nacional bélica da etnia branca sobre a negra (e indígena), as comunidades negras resistem. Ainda vítimas das diversas esferas da

discriminação – e criminalização – racial em seus territórios, cultura, cor, corpos, religiosidade, saberes, etc., ainda assim, as populações quilombolas mais uma vez, resistem.

A sociedade, de uma forma geral, ao se referir a povos indígenas e/ou quilombolas tende a praticamente folclorizar seus saberes e cultura. O pensamento branco-eurocêntrico, em seu discurso hegemônico de modelo civilizatório, penetrou nossos currículos escolares, lares, literatura, mídia, academia, nosso íntimo. A história contada do Brasil, a partir de um discurso unilateral, invisibilizou sistematicamente diversas culturas. Direcionando gerações de pessoas inconscientes de nossa história e ancestralidade, além de hierarquizar grupos humanos ao produzir uma “normalidade” branca, resultando em séculos de negação da história e cultura negra nos materiais educativos e documentos oficiais.

Portanto, este trabalho se desenvolve com vistas a romper com essa lógica. Os Mapas Biorregionais produzidos nas comunidades quilombolas do Kaonge, Dendê, Kalemhá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, objetivam ser um instrumento que relate histórias locais a partir da voz dos quilombolas. Sendo, inclusive, uma alternativa a que este mapeamento se propõe, dada tamanha lacuna historiográfica. Esses mapas diferenciam-se de outros mapas participativos por inserir histórias, narrativas locais.

As informações são colocadas em cada imagem de mapa de duas formas. Primeiro é mostrado onde os objetos estão situados ou onde ocorreram os eventos – informação espacial. Segundo, as informações descritivas, a “história” de ocorrências ou localizações particulares, são contadas de forma escrita ou gráfica. Ao associar informações espaciais e descritivas juntas, o leitor do mapa poupa tempo de ter que ler relatórios técnicos para saber qual história o mapa conta. (ABERLEY, 1998).

É de extrema importância que a comunidade se identifique visualmente com o produto final os Mapas Biorregionais. A finalidade destes Mapas é a construção de um documento com base em conhecimentos tradicionais e científicos, com consequente

ferramenta	enquanto	instrumento	sócio-político.
------------	----------	-------------	-----------------

1. Mapas Participativos: O povo grafa seu mundo

De acordo com Martinelli (2014, p. 8), os mapas “sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o seu incessante aperfeiçoamento.” Contudo, a cartografia, historicamente dominada a serviço de poderes hegemônicos há centenas de anos, vem lentamente escapando desse controle único.

Inúmeras iniciativas de práticas de mapeamento têm como proposta a inclusão de populações locais no seu processo de produção. Uma das propostas para tal é o Mapeamento Participativo.

Para Colchester³ (2002 apud Acselrad e Coli 2008, p. 19), os Mapas Participativos já utilizados em pesquisas “revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre as demandas de terras, como, também, planificar o manejo dos recursos naturais.”

Acselrad e Coli (2008, p. 38) afirmam que esse mapeamento “que se quer participativo entende ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que nessa relação uns e outros se transformam.”.

Os membros das comunidades que habitam determinado território possuem relevante papel no processo de Mapeamento Participativo. Dado que possuem propriedade para detalhado levantamento de dados no que concerne à disponibilidade de recursos locais, além de informações de elementos peculiares nas dinâmicas e relações com o meio.

Essa cartografia social, no caso os mapas participativos, são produto das representações do espaço, feitos pelas pessoas que ocupam um território, nos quais apresentam a forma como vivem e trabalham os espaços simbólicos, afetivos (GORAYEB, 2014).

Através do processo de criação desses Mapas, informações valiosas e não documentadas são relatadas pelas comunidades. Muitos sanitaristas, biólogos, educadores e técnicos ambientais, dentre outros profissionais, desenvolvem

³ Colchester, Marcus. **O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático.** WRM, Boletim nº 63. Outubro de 2002.

diagnósticos dos territórios, dos conflitos, as relações interpessoais, disponibilidade de recursos naturais, etc, enriquecendo o entendimento da organização interna e uso do território por essas comunidades. As pesquisas desses profissionais se beneficiam e se enriquecem pelo fato de obterem informações de fluxos e localização precisa de onde ocorrem determinados fatos ou fenômenos geográficos, onde vários desses dados não seriam mapeáveis sem a comunicação direta com a comunidade.

Os usos e finalidades dos mapas participativos podem ser diversos, tais como a luta por posse legal da terra, melhorias habitacionais, publicização de fenômenos ou situações de vida, divulgação de serviços e cultura de um determinado lugar, etc. (GORAYEB, 2014).

A prática de Mapeamento Participativo iniciou-se no Canadá e Alaska, em meados do século XX. Essas localidades possuem maior número de estudos, datando a partir de 1960. Para Chapin⁴ (2005 *apud* Acselrad e Coli, 2008) as demais regiões submeteram-se a essa prática posteriormente, como as áreas tropicais da América Latina, África, Ásia e também os Estados Unidos.

O Mapeamento Participativo atendeu a diferentes demandas, de acordo com as necessidades locais. Países emergentes dos continentes africano e asiático, por exemplo, utilizaram-se dessa prática a fim de adicionar informações e apontar elementos para solução de diversas questões, de cunho social, ambiental e político, entre outros.

Acselrad (2008) discorre que Na África do Sul, os mapeamentos foram desenvolvidos no contexto da reconstituição da geografia histórica que permitiu estudar e registrar os deslocamentos forçados de grupos populacionais, ocorridos durante o apartheid. No Zimbabwe, a intenção foi buscar informações dos grupos sociais a respeito das mudanças no uso do solo e suas implicações à cobertura florestal das margens dos rios e as enchentes decorrentes.

Já na Índia, o mapeamento foi empregado para manejar conflitos por uso da terra em uma localidade do Rajiesthan, maior estado do país. Outro caso se deu na cidade de Calcutá. Após mapeamento participativo, da favela Rishi Aurobindo Colony que anteriormente não aparecia sequer no aplicativo GoogleMaps, houve organização para campanha de vacinação contra a poliomielite e, com a ajuda de um projeto da Universidade de Columbia, o número de crianças vacinadas aumentou em 80%.

Aqui, no Brasil, esses mapeamentos envolvem diferentes áreas com necessidades distintas e também impõem práticas diferenciadas. Visto que várias

⁴ Chapin, Mac et all. 2005. **Mapping Indigenous Lands**. Annu. Rev. Anthropol. 34:619-638.

comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de cocô de babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, quilombolas, faxinalenses, marisqueiras, entre outros, são dependentes da preservação dos recursos naturais para sua manutenção social, econômica e cultural, os Mapas Participativos são uma ferramenta de luta para reivindicação de direitos e gestão territorial dessas populações.

O estudo de Gorayeb (2014) aponta que os mapeamentos, na maior parte das vezes, acontecem em contextos de conflito, como lutas territoriais e ambientais, nas quais as comunidades, se sentindo ameaçadas, começam a construir a sua representação do território, que, em geral, entra em conflito com a territorialidade privada, dos grandes projetos do agronegócio, das grandes mineradoras, dos projetos de hidrelétricas, etc. Relatam que em 2008, foram identificadas cento e dezoito experiências em práticas de Mapeamentos Participativos, nas quais comunidades indígenas, quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, membros de associações de moradores urbanos e outros grupos menos favorecidos, foram membros ativos desses processos.

Como relatado em Acselrad (2008), o auto-mapeamento da territorialidade seringueira foi o primeiro movimento brasileiro do qual se tem registro a buscar garantias de acesso dos pequenos produtores extrativistas à sua base de recursos. Em novembro de 1980, surge o Programa Grande Carajás (PGC), que resultou numa delimitação geográfica arbitrária, o Estado, segundo seus interesses econômicos apenas, determinou a divisão territorial. Tratou-se de um programa oficial, Decreto de Lei nº 1813. Tal medida atendia exclusivamente aos interesses de empresas, como mineradoras, siderúrgicas, madeireiras, etc. Todos os processos produtivos submetiam-se aos seus interesses, anulando, assim, os grupos locais em âmbito social, político, econômico e ambiental. Diante dos inúmeros conflitos provocados pelo PGC, realizou-se, então, em 1993, o seminário denominado consulta Carajás: Desenvolvimento ou destruição, que teve como consequência a publicação de mapas elaborados com a participação das populações locais. Mapas esses que podem ser redesenhados, livres de uma realidade estática, atendendo a novas necessidades dos povos envolvidos.

Diferentemente do PGC, o Projeto Mamirauá, em 1992, empregou o Mapeamento Participativo como recurso para garantir e fortalecer a preservação da biodiversidade, enquanto também assegurou a exploração racional dos recursos naturais. Esse modelo de mapeamento foi referência para os que surgiram posteriormente, em processos mais concretos de democratização.

1.1 – Planejamentos Ambientais para gestão territorial

Ao atender diferentes finalidades, o Mapeamento Participativo pode servir como ferramenta para proteção e a preservação socioambiental de determinada região. Segundo Soares (2012), o Mapeamento Participativo é um importante instrumento para o planejamento ambiental, pois acrescenta ao conhecimento científico o saber empírico e a percepção da comunidade, o que resulta num domínio maior de informações sobre a realidade ambiental na área em estudo.

Acsegrad (2000) afirma que foi nos anos 1980 que a estrutura institucional voltada ao planejamento da questão ambiental internalizada nos aparelhos de Estado de modo a constituir instituições e práticas governamentais especializadas em políticas de meio ambiente foi configurada no Brasil. Foi nesse momento que a idealização do planejamento territorial:

passou a incorporar elementos do discurso ambiental, fazendo com que ganhasse força a remissão de uma racionalidade ecológica, apresentada como necessária ao ordenamento territorial do país (ACSELRAD, 2000, p.01).

Assim, no início dos anos 1990, os ideais de responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade permeavam os discursos das políticas governamentais. Influenciados, inclusive, por importantes eventos, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Os discursos de práticas ambientais responsáveis entravam com força no cenário político.

No mesmo período, ocorria maior articulação e visibilidade de movimentos sociais de luta pela terra e organizações políticas de comunidades tradicionais, além de maior interesse de pesquisadores acadêmicos e organizações não governamentais em preservação socioambiental. Logo, surgem também os usos de Mapas Participativos, representando populações e territórios historicamente invisibilizados, como afirma Acsegrad⁵ (2010, p. 09 *apud* Machado, 2014, p. 51):

A partir dos anos 1990, multiplicam-se as experiências de inclusão de populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas de representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território

⁵ ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2010.

Foi nesse período que a “cartografia ambientalizada” tornou-se, no interior das dinâmicas de zoneamento ecológico-econômico, instrumento da almejada representação do ordenamento ecológico do espaço, da determinação racional das “vocações naturais” das diferentes porções do território (ACSELRAD, 2000, grifo do autor).

A prática do zoneamento exige o envolvimento de profissionais especializados em diferentes campos do conhecimento, assim como de especialistas em planejamento regional, pois consiste na análise detalhada e integrada da região, onde se leva em conta os impactos decorrentes da ação humana e o potencial de sustentação do meio ambiente. O Zoneamento Ambiental deve, a partir de sua análise, propor diretrizes específicas à unidade territorial analisada, estabelecendo, a partir de então, ações voltadas à eliminação ou correção de possíveis impactos ambientais.

O Mapeamento Participativo resulta num elemento relevante para a elaboração do Zoneamento Ambiental, pois oferece informações valiosas ao desenvolvimento sustentável, inibindo o surgimento de possíveis conflitos socioambientais. Os relatos de processos de Mapeamento Participativo, nos quais movimentos sociais, instituições acadêmicas, governamentais e não governamentais, recorrem às comunidades tradicionais para representação do território em mapas que registram os conhecimentos por esses grupos sociais, são diversos, e têm se popularizado cada vez mais.

1.1.1 – O caso da Floresta Nacional de Tefé

A fim de ilustrar um evento em que o governo se utiliza do Mapeamento Participativo para compreender o uso do território e assim estabelecer estratégias de programas de gestão em Unidades de Conservação (UC), discorreremos sobre o caso da Floresta Nacional de Tefé (AM).

A gestão desta UC compete ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Como um dos objetivos do Plano do Manejo, estava o zoneamento da UC, que utilizou como ferramenta o Mapeamento Participativo.

A Lei 9.985/2000 (capítulo 1 inciso XVI), esclarece que zoneamento é a “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar meios e condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.”

O ICMBio, autarquia federal subordinada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem recorrido às comunidades tradicionais com o objetivo de conhecer e

mapear os diversos usos da terra, a fim de buscar estratégias de gestão compartilhada para o uso sustentável dessas Unidades de Conservação, onde a comunidade local também se sinta beneficiária

A FLONA de Tefé é uma U.C. de Uso Sustentável, permitindo assim a permanência de população tradicional. A FLONA foi a primeira U.C. desta categoria a ser reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA como projeto de “reforma agrária ecológica” no ano de 2003 (SCELZA; ROSSATO; SUERTEGARAY; OLIVEIRA, 2013).

O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé (FLONA de Tefé), no estado do Amazonas, é um dos exemplos onde a equipe gestora da Unidade de Conservação, concernente ao ICMBio, junto a pesquisadores do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), investiram na elaboração de Mapeamento Participativo em união com os ribeirinhos residentes na Unidade de Conservação. A equipe de técnicos do ICMBio e pesquisadores acadêmicos realizaram expedições à FLONA entre os anos 2011 e 2013. Durante o processo foi organizado o plano de trabalho, em etapas que antecederam o Mapeamento Participativo. Este foi desenvolvido para fins de zoneamento da Unidade de Conservação.

Primeiramente foram realizadas expedições para cadastramento das famílias residentes na UC, seguidas de levantamento socioeconômico e elaboração de acordos de gestão. Esses encontros geraram diagnósticos e informações detalhadas com vistas ao Zoneamento.

Apesar da posse de muitos dados qualitativos derivado das etapas anteriores, para a construção do Zoneamento propriamente dito, havia a necessidade de conhecimentos mais específicos do território, localização das comunidades, sistematização dos dados e representação cartográfica da FLONA. De acordo com (SCELZA; ROSSATO; SUERTEGARAY; OLIVEIRA, 2013 p. 81) “o ponto de partida para a elaboração do Zoneamento foi a elaboração de um mapeamento, que se integra a um processo de gestão territorial com base na participação social.”

A construção dos mapas participativos e a proposição de zoneamento da FLONA foram pensadas a partir das necessidades e potencialidades das populações ribeirinhas, evidenciadas pelos trabalhos do ICMBio primeiramente, e que na continuação do trabalho local, poderá contribuir para uma gestão que fortaleça o uso e as decisões coletivas, com a finalidade de incentivar a autonomia das comunidades

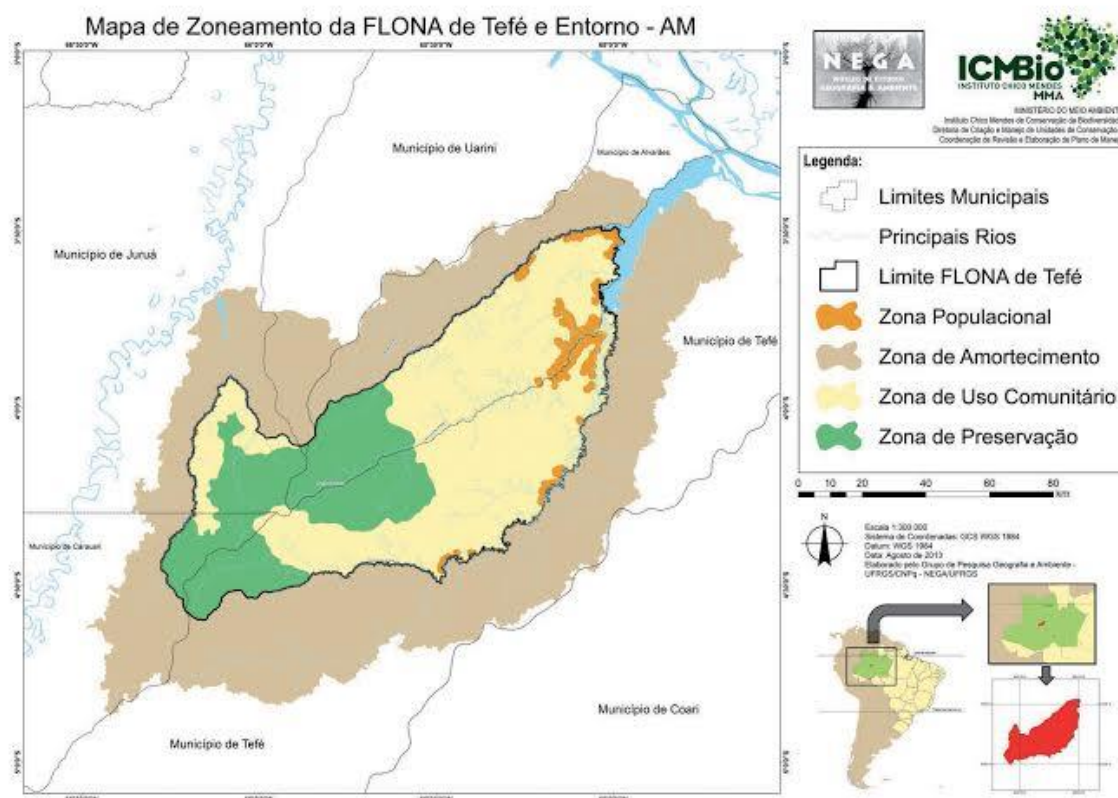
residentes na UC.

As atividades destinadas à confecção dos mapas participativos foram realizadas em duas expedições, organizadas previamente em diversas reuniões e em todos os setores administrativos da FLONA. A metodologia utilizada nas atividades de mapeamento consistiu na superposição de papel vegetal nas imagens de satélite da região, adicionadas às informações dos comunitários. Os moradores locais fizeram a interpretação identificando na imagem dos seus lugares de pesca, roçado e extrativismo entre outros elementos. Identificadas as localizações e denominações, o grupo de pesquisadores desenhava sobre a imagem, utilizando o papel vegetal, as informações obtidas. Após esta etapa a continuidade do mapeamento ocorreu em laboratório.

As informações interpretadas pelos ribeirinhos foram digitalizadas, vetorizadas e foi criado um banco de dados espaciais concernente à informação visual, tendo assim, mais do que localização de uso, mas também análises qualitativas. Após este processo em laboratório, retornou-se à UC para projeção dos mapas para as comunidades e finalização do mapeamento de Uso da terra.

Durante a segunda expedição foi feita discussão das diferentes zonas a serem criadas para FLONA de Tefé com fim de zoneamento. As referidas zonas e os critérios de definição foram propostas pelos gestores do ICMBio, e acordado seus limites em diálogo e pela demanda dos pescadores e ribeirinhos.

Por fim, a partir dos mapas, os gestores do ICMBio apresentaram propostas de zoneamento aos comunitários, havendo discussão e ajuste de limites, considerando a realidade local e as práticas dos ribeirinhos. Com base no mapeamento gerado, apresentado pelos pesquisadores, em diálogo com os ribeirinhos foi acordado a proposta das zonas e seus respectivos limites. Assim, foram definidas as seguintes zonas: Populacional, de Uso Comunitário, de Preservação e de Amortecimento, como mostra a figura:



Mapa 1: Zoneamento da FLONA de Tefé e Entorno. Fonte: ICMBio, NEGA

O conhecimento adquirido pelo grupo de pesquisadores se deu pelo contato direto com os pescadores e ribeirinhos, tanto no percurso de barco como em reuniões e ou visitas às comunidades. O mapa como produto foi, portanto, o resultado do diálogo entre o grupo, do desenho da informação pelos pesquisadores, sobre folha de papel superposta à imagem de satélite e elaboração final em um ambiente de SIG. As atividades relativas ao mapeamento do Uso da Terra e Zoneamento foram fundamentalmente produzidas em campo, com a participação dos comunitários (SCELZA; ROSSATO; SUERTEGARAY; OLIVEIRA, 2013).

A equipe técnica que elaborou o plano de manejo afirma que o processo de Mapeamento Participativo contribuiu efetivamente para o conhecimento por parte de todos os envolvidos. Os pesquisadores tiveram conhecimento detalhado das formas de uso da terra e modo de vida dos ribeirinhos. A comunidade, junto aos técnicos/gestores do ICMBio aprenderam técnicas de mapeamento. A potencialidade de organização comunitária, na medida em que sucessivas reuniões foram feitas ao longo do processo de construção do mapeamento, também aumentam. Dada a troca, ganho e participação de todos, houve protagonismo tanto dos gestores da FLONA, quanto da comunidade e dos pesquisadores.

Vale destacar constatação de Scelza, Rossato, Suertegaray e Oliveira (2013) ao ressaltar que nesse processo de Mapeamento, a parceria com a equipe do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA) foi fundamental para a conclusão dos mapas. Assumindo que, por mais que a equipe gestora do ICMBio tivesse conhecimento da área e acesso às comunidades, não conseguiria conduzir a elaboração dos mapas por não ter competência técnica para tal.

A despeito da conclusão do uso de mapeamento participativo na gestão de unidade de conservação regida por lei federal, a equipe técnica do ICMBIO enfatizou no trabalho que o processo de mapeamento participativo demonstrou a efetiva possibilidade de construção cartográfica para fins de reconhecimento das áreas ocupadas e de usos diferenciados pelos ribeirinhos, dado que toda a informação mapeada foi proveniente do diálogo com os comunitários. Resulta, assim, de seus conhecimentos e espaço de vida. Acrescenta ainda, o valor da prática participativa, pois destaca que se o mapeamento fosse elaborado unicamente pelo uso de imagem de satélite, a riqueza de informações e detalhamentos não seria possível e tampouco a legitimidades da informação teria igual valor.

1.2 Mapeamento Biorregional: Dando voz à terra e à cultura

Através das dificuldades em que diversas comunidades tradicionais enfrentam para representação de seus processos históricos, reconhecimento espacial e apropriação territorial a partir destes, é necessário a criação de novas estratégias e instrumentos que essas populações possam fazer uso.

As demandas para autoafirmação e planejamentos sociais e ambientais são inúmeras, considerando, inclusive, que podem ocupar áreas de grande interesse estratégico (governamental ou empresarial, por exemplo). Aberley (1998) precursor na técnica de Mapeamento Biorregional afirma que muitos governos têm se apropriado de vasta quantidade de dados escritos e cartográficos para seu uso em negociações e tratados, sendo que essas informações permanecem numa gama de formatos geralmente inacessíveis ao uso das comunidades. Preciosas informações encontram-se em arquivos digitais e em mapas engavetados, úteis a especialistas, mas não disponíveis para fins de planejamento, educação, desenvolvimento comunitário ou propósitos culturais.

Com a necessidade de uma nova visão territorial/global direcionada ao território

que ocupam as comunidades, surge a cartografia social, que, neste caso, através dos mapas participativos sugerem ferramenta de planejamento e transformação social, fundamentada na motivação, participação coletiva e desenvolvimento de ações de origem comunitária.

O processo desse Mapeamento Biorregional consiste na comunicação de saberes científicos e tradicionais embutidos em um mesmo documento. Os conhecimentos científicos incidem na concretização de um mapa propriamente dito, com todos os elementos cartográficos exigidos para tal fim. Além da sistematização dos conhecimentos tradicionais expressos pela cultura oral e planejamento das oficinas que ocorrem nas próprias comunidades. Assim, experiências ocorridas com Mapeamento Biorregional, se destinam prioritariamente à comunidades tradicionais que estabelecem relações direta com o meio natural e seus recursos, sendo esses utilizados como meio de reprodução cultural, social e econômica.

O Mapeamento Biorregional é uma técnica que permite o conhecimento biofísico e cultural da região. Esses mapas são feitos pela própria comunidade, com descrição de histórias, cotidiano, cultura ou mesmo para efeito de alguma denúncia. A partir de interesses políticos, educativos, comerciais ou de qualquer outra ordem, a real finalidade dos Mapas é decidida unicamente pela comunidade, que os detém em seu poder depois de finalizados.

O processo desse Mapeamento Biorregional consiste na comunicação de saberes científicos e tradicionais embutidos em um mesmo documento. Assim, à equipe de dos membros UFBA caberia a instrumentação cartográfica que os Mapas necessitam, organização dos trabalhos em oficinas e sistematização dos dados coletados.

Os padrões cartográficos convencionais são mantidos, e características humanas e do meio físico de determinado território são expressas em uma mesma imagem cartográfica. Mais do que propriedades ambientais e culturais em conjunto, esse mapa se diferencia por inserir histórias da comunidade. Ao trabalhar com a inserção de textos a partir da narrativa da comunidade, os mapas biorregionais tomam proporções diferenciadas com destaque para esses registros, fortalecendo o saber popular. O uso de desenhos, fotografias, cores, formas e outros subsídios, também os caracterizam e resultam em mapas que carregam uma forte identidade visual com elementos em que a comunidade se identifica.

Assim, o Mapeamento Biorregional, se baseia por representar além da localização espacial de bens naturais e socioculturais de determinado território pelas

comunidades em uma base cartográfica. Essa ferramenta também permite o registros de histórias que se relacionam com esses pontos georreferenciados. E vai além, pois muitas vezes as histórias e estórias pertencentes à determinada comunidade não estão associadas a um ponto passível de registro. Lembranças, mitos, contos, afetos, expressões culturais e outros elementos de maior subjetividade muitas vezes não estão dispostos em um local específico do território, mas estão presentes em seu todo seu uso. O território se constitui deles, especialmente se tratando de comunidades tradicionais (como indígenas ou quilombolas) que dialogam com elementos simbólicos em suas práticas cotidianas.

A base do mapa é criada com características personalizadas como bloco de títulos, seta indicativa do norte e escala linear. Esse é o momento da diversão. A base para o mapa esta completamente preparada para a comunidade. O mapa pode ter sua borda decorada, pode-se usar animais e outros símbolos de importância para a comunidade para representar a seta do norte ou qualquer outra forma personalizada que represente a identidade da comunidade (ABERLEY, 1998).

Podemos exemplificar que uma árvore pode não ser apenas uma árvore, mas dotada de valor ancestral. Uma fonte de água, em outro caso, pode não estar ligada apenas ao abastecimento físico, mas pode ter função de cura espiritual, assim como pode se relacionar com uma mata. Os recursos naturais que estão presentes no território dotados de valores diversos, que compõem a identidade local. Informações como essas podem estar expostas e bem explicadas nos Mapas Biorregionais, pois a relação com o território se baseia nelas, inclusive. Um mapa concluído não está necessariamente finalizado, podendo ser adicionadas informações a qualquer momento, o que, aliado às riquezas dos conteúdos, os tornam mapas com vida.

O Mapeamento Biorregional é uma técnica que permite o conhecimento biofísico e cultural coletivo, sendo representado em mapas. As informações coletadas podem ser utilizadas na eficaz tomada de decisões de determinada comunidade. Novas pesquisas podem ser planejadas para coletar com eficiência qualquer informação nova que for necessária para representar a identidade comunitária (ABERLEY, 1998).

Característica igualmente essencial do Mapa Biorregional é a autonomia de uso que a comunidade exerce. Por parte dos pesquisadores, não há proposta exata de temas a serem mapeados, tampouco a finalidade que terão. A reflexão é incentivada, mas a comunidade, em conjunto, que irá discutir temas e informações relevantes para constarem nos mapas de acordo com seus anseios e intuito de planejamentos futuros. O

uso e destino dos mapas se darão pela comunidade, seguindo os critérios e demandas por ela estabelecidos.

Na concepção de Aberley (1998, p.____, tradução nossa⁶), os Mapas Biorregionais se diferem dos demais mapas participativos com base nos seguintes critérios:

1. Os mapas são feitos dentro das comunidades pela própria comunidade. A linguagem visual do mapa é reaprendida e torna-se uma ferramenta de comunicação tão importante quanto o discurso e a escrita. Mapas feitos a partir de interesses políticos ou comerciais descrevem o mundo a partir das suas perspectivas, unicamente. Mapas biorregionais permitem às comunidades se autodescreverem a partir das suas próprias perspectivas.
2. Os mapas combinam conhecimento científico e tradicional, respeitando e representando igualmente ambos os tipos de informação. Mapas biorregionais apenas podem ser formulados se a comunidade reúne tanto relatórios científicos de uma biblioteca como também registros de histórias orais na forma de fitas, vídeos e pesquisas etnográficas.
3. Os mapas são feitos de forma a retratar equitativamente as informações biofísicas e culturais. Mapas de planejamento tradicionais são razoavelmente bons em explicar informações sobre o meio físico. Mapas biorregionais adicionam a isso informações sobre as pessoas que habitam o território.
4. Em cada mapa a história é contada de duas maneiras. As informações espaciais mostram a localização dos objetos ou eventos da região e as informações descritivas contam histórias sobre o que aconteceu em cada localidade em particular. O mapa conta uma história, tanto no formato escrito quanto no visual.
5. Os mapas são documentos vivos, mudados ou criados assim que novas informações são coletadas. Assim, com a apresentação dos mapas biorregionais para os membros da comunidade, agências de governo, comerciantes interessados e para o público em geral, diversas novas fontes de informações são reveladas. Pelo fato de os mapas serem elaborados dentro das comunidades, eles podem ser revisados de forma simples e entre curtos períodos de tempo.

Além das importantes características direcionadas à cartografia e a estratégica ferramenta de poder que um mapa representa, é importante pontuar que a realidade proposta pelo Mapeamento Biorregional de imersão no campo simbólico e cultural do território e as populações oriundas dele, também são próprios da Geografia.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2009) destaca que os símbolos constituem traços fundamentais do ser humano. A produção e reprodução da vida material é sustentada pela produção simbólica – língua gestos, costumes, rituais, artes, etc, se utilizando de importante definição:

Os mapas não se limitam às representações com base em dados estatísticos, mas podem incluir também representações gráficas de tudo aquilo que é “lembrado, imaginado e contemplado (...) material ou imaterial, real ou

⁶ Tradução realizada por Rafaela dos Santos Moreira, membro da equipe do MARSOL, divulgada no site <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgZ4IAJ/introducao-ao-mapeamento-biorregional-aberley-doug-michael-george#>

desejado, do todo ou da parte (...) vivenciado ou projetado”(COSGROVE⁷, 1999, p. 2 *apud* CORRÊA, 2009, [p. _]).

O autor afirma que é possível elaborar mapas de significados que ampliem o escopo da cartografia geográfica, afirmando que os mapas não se limitam às representações com base em dados estáticos. Tratando desses mapas como cartografia do campo cultural, o autor nos fala em representações cartográficas da geograficidade possibilitando outros olhares sobre a ação humana. As diversidades e especificidades culturais que as comunidades tradicionais podem expor em mapas são inúmeras. Fazendo uma analogia a despeito dos mapas de significados e os mapas biorregionais, compreendemos em Corrêa e Rosendhal (2011 p.174) “mais do que uma rica metáfora, mapas de significados são instrumentos de que grupos oprimidos podem dispor”.

Com a proposta de refletir os anseios da população local, suas histórias, estórias e culturas, além de multiplicar o conhecimento por meio da apropriação de informações coletadas e compartilhadas durante a sua construção, o Mapeamento Biorregional almeja provocar a mobilização social e fortalecimento do poder de atuação de seus atores. Os sujeitos envolvidos devem refletir sobre suas potencialidades de atuação no território e realização conjunta das atividades de planejamento futuros (ou em processo), diante dos aspectos da realidade identificados durante o desenvolvimento dos mapas.

Uma vez concluído, os mapas biorregionais tornam-se um fundamento comum do conhecimento para o preparo de qualquer cenário de planejamento e decisões tomadas em alguma instância. São informações complexas que de outra forma seriam difíceis de descrever claramente. É uma ferramenta na qual a comunidade aprende sobre si própria nos processos de tomada de decisões atuais e futuras (ABERLEY, 1998).

1.2.1 Histórico do Mapeamento

O Mapemanto Biorregional é uma técnica de Mapeamento Participativo oriunda do Canadá. Doug Aberley, professor da Universidade de Vancouver, já citado anteriormente, é o responsável por introduzir as técnicas e métodos desse Mapeamento, os quais foram trabalhados intensamente em comunidades indígenas norte americanas.

O referido Mapeamento tem uma longa tradição no Canadá. Em 1985 Aberley foi pioneiro na exploração de técnicas com um simples mapa do noroeste da Columbia

⁷ COSGROVE, D. (org.) – **Mappings**. London, Reaktion Books, 1999.

Britânica. Em 1994, a Escola Comunitária de Planejamento Regional da Universidade da Columbia Britânica começou a oferecer aulas de planejamento biorregional. A cada ano os alunos da Escola preparam um atlas biorregional de uma parte da Columbia Britânica. Através de Programa Comunitário, no ano de 1995, um projeto conjunto referente à saúde e meio ambiente canadense iniciou workshops de mapeamento biorregional para grupos da comunidade interessados em Yukon e Columbia Britânica (ABERLEY, 1998, tradução nossa).

Dois anos mais tarde, a comunidade indígena de Tsleil-Waututh, oriunda de território tradicional, fez uso do mapeamento biorregional como meio de promoção de seus interesses, tanto em negociações quanto em processos de desenvolvimento comunitário. O povo Tsleil-Waututh criou um atlas biorregional de quarenta páginas, descrevendo uma apropriação coletiva de como sua cultura se desenvolveu no passado, sobrevive o presente, e como irá crescer no futuro. O formato do atlas biorregional permitiu grande quantidade de informações complexas fossem apresentadas de forma financeiramente acessível. Esses mapas foram apresentados em dezenas de ocasiões para oficiais do governo, universidades, corporações e outras comunidades. A grande resposta tem sido que os mapas apresentam a visão de mundo e indagações políticas de comunidades tradicionais, raramente alcançadas no passado (ABERLEY, 1998, tradução nossa).

No Brasil, tal Mapeamento é desenvolvido enquanto atividade de extensão, através da disciplina Atividade Curricular em Comunidade (ACC), em Projeto intitulado “Mapeamento Biorregional Participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental” pelo Programa MARSOL (Mar & Cultura Familiar Solidária), sediado no Laboratório de Ecologia Costeira e Maricultura (ECOMAR) da Universidade Federal da Bahia, sob coordenação do Prof. Dr. Miguel da Costa Accioly. Desde o ano de 1993 o MARSOL, com apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura, desenvolve trabalhos voltados à experimentação de alternativas de maricultura artesanal como contribuição ao desenvolvimento de comunidades de marisqueiras e pescadores. Esse Programa se consolida em diversos Projetos de Pesquisa e Extensão baseados em estudos ambientais, econômicos, políticos, sociais, étnicos e culturais dessas comunidades (SANTOS; SCHOMMER; ACCIOLY, 2009).

No contexto apresentado, no ano de 2009, ocorreu o primeiro trabalho de Mapeamento Biorregional desenvolvido pelo MARSOL no baixo Sul do estado da Bahia, e contou com a participação direta de Doug Aberley. Esta atividade contou com a

presença de diversas comunidades costeiras tradicionais da referida região, sendo produzido um único mapa intitulado Cultura Beiradeira do Baixo Sul.

Como consequência dessa atividade, no primeiro semestre de 2011, a comunidade de Graciosa, localizada na região do Baixo Sul da Bahia, foi objeto da primeira ACC nomeada Mapeamento Biorregional Participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental. Na comunidade, marisqueira e quilombola, juntamente aos estudantes extensionistas, foram produzidos quatro mapas biorregionais que têm seus conteúdos vinculados ao território quilombola, pesca, mariscagem e cultura (PEREIRA NETO, 2014).

Os mapas produzidos na comunidade quilombola de Graciosa serviram como ferramentas base para a produção de novos mapeamentos biorregionais direcionados à obtenção de cessão de águas voltada para ostrasicultura no ano de 2012. Foram confeccionados três mapas, em escalas distintas (1:40.000 e 1:20.000) e temas correlacionados as questões socioambientais e planejamento do uso da água. Essa ferramenta foi utilizada na formação de processo para obtenção da cessão de águas junto aos órgãos governamentais estaduais responsáveis pelo licenciamento. Além disso, os mapas produzidos também foram utilizados para questões de mobilidade e propostas de planejamento territorial da comunidade junto a instituições governamentais em âmbito estadual. (PEREIRA NETO, 2014)

No semestre seguinte do ano de 2011, além das comunidades do Baixo Sul, o Mapeamento Biorregional foi realizado em comunidades quilombolas, pescadoras e marisqueiras do Vale do Iguaçu, no Recôncavo Baiano, denominadas Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia.

2. Mapeamento Bioregional Participativo nas Comunidades Quilombolas do Vale do Iguaçu: Kaongé, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia

2.1 Quilombos: Questões Conceituais

A história do Brasil é constituída por um passado marcado pela escravidão, iniciado pelo tráfico de seres humanos do continente africano, assim como indígenas nativos. Os negros escravizados foram, por longo período, submetidos a condições desumanas de sobrevivência. Em meio a diversas formas de resistência, lutas, recusas e rejeições, esses povos escravizados se organizaram e deram origem à revoltas seguidas de fugas das quais, via de regra, nascem os quilombos (GENNARI, 2007).

A respeito do termo “quilombo”, há apontamentos de diversos autores sobre sua origem. Anjos (2009), em seus levantamentos, expõe que o nome tem origem *bantu* (Kilombo), e tem várias significações encontradas em diferentes espaços africanos como: *lugar para estar com Deus, estado permanente de guerra, acampamento de guerreiros na floresta*, entre outros. Para o autor, os quilombos se configuram como unidades básicas de resistência, compreendidos como o maior exemplo de re-elaboração territorial do registro das matrizes africanas no Novo Mundo.

No período escravocrata, a população negra enfrentava severa vigilância e perseguição dos feitores para que evitassem sua fuga. Esta, apesar dos perigos que oferecia foi estratégia muito usada pelos escravizados, assim como diversas outras formas de resistência como guerrilhas, insurreições urbanas e os próprios quilombos. O quilombo representa uma forma contínua de os escravos protestarem contra o escravismo (MOURA, 1987).

As primeiras referências oficiais a quilombo no Brasil, publicadas em língua portuguesa, datam de 1559, mas somente em 1740, surge em documento oficial português, quando o Conselho Ultramarino define quilombo ao seu modo, presente em Ratts (2007, pág. 119) como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Ainda em outro documento oficial, no século seguinte (ano de 1847) e com aprovação de Lei pela Assembleia Provincial da Maranhão, presente na obra de Gennari (2001, pág. 33) constava a explicação “Reputar-se-á escravo quilombado, logo que esteja do interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, aquele que estiver em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”.

Os quilombos como uma forma de organização territorial de matriz africana, têm em comum a referência de um espaço seguro e protegido, com igualdade de condições na maioria das relações comunitárias e liberdade de acesso à terra. A atração pelas montanhas e florestas se deu pela intimidade que tinham em seus sítios de origem em África, estratégias de defesa e ataque, além da necessidade de subsistência como de oferta de alimentos (frutas, caça e pesca) oriundas desses espaços (ANJOS, 2009).

Passados mais de um século da abolição da escravatura já é sabido que quilombos não se tratam de comunidades constituídas pelos processos de fuga exclusivamente, tampouco estiveram necessariamente isolados em áreas rurais. Atualmente, entende-se que as populações quilombolas são formadas a partir de variadas situações de resistência social, cultural e territorial.

A característica que torna singular os quilombos do período colonial e os atuais decorre do fato das experiências já conhecidas revelarem determinada capacidade organizativa dos grupos:

Ter uma base econômica que permitia a sobrevivência de um grande grupo significou, desde o seu início, uma organização sócio-política com posições e estrutura de poder bem definidas (...) Este caráter defensivo começa a mudar, em parte, com a Abolição, quando mudam-se os nomes e as táticas de expropriação, e a partir de então a situação dos grupos corresponde a outra dinâmica, a da territorialização étnica como modelo de convivência com os outros grupos na sociedade nacional (NUER, 2000, pág. 10).

Assim, entende-se que os quilombos foram formados a partir de diversos processos, inclusive após a abolição da escravatura. Esses territórios, além de constituídos em períodos de fuga na escravidão, também incluem doações, heranças, compra de terras, ocupação dos territórios e pagamentos em terras por serviços prestados. Dessa forma, os quilombos são caracterizados pela resistência e pela busca por autonomia.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (200_), autarquia federal responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, alega que os quilombos constituídos durante os períodos coloniais e imperiais representaram uma ruptura da ordem jurídica,

econômica e social. Após a abolição, outros quilombos se formaram, pois estes continuaram a ser a única forma de viver em liberdade, tornando-se um imperativo de sobrevivência, posto que a Lei Área deixou os negros abandonados à própria sorte.

O processo de resistência em quilombos reflete nos usos atuais que essas comunidades fazem do território atualmente, sendo esses imbuídos de práticas comunitárias e valores de respeito ao meio ambiente. Essas comunidades “continuaram a plantar, pescar, produzir artefatos, criar animais, extrair produtos das matas e conservá-las” (INCRA, 2012, pág. 8). Tais práticas são mantidas até os dias atuais, sendo realizadas coletivamente, reafirmando legado de seus ancestrais.

A identidade quilombola é componente fundamental da constituição territorial. Magnaghi (2000 *apud* Saquet, 2013) afirma que a sociedade, construindo o território, está se relacionando com o ambiente historicamente, e assim define identidade como um produto social da territorialização, que se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. Nesse território de resistência, a identidade tem caráter de organização política. O processo de Mapeamento Biorregional, se consolida, impreterivelmente, resgatando relações afetivas e históricas com o território, e assim, a identidade local.

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política. Hoje, existem milhares de quilombos no território brasileiro. A produção em larga escala das maiores riquezas produzidas em território nacional, se deve à mão-de-obra de negros escravizados. O Recôncavo Baiano se destaca por sua intensa exploração para produção açucareira. Hoje seus descendentes ocupam esses territórios, inclusive o Vale do Iguaçu, onde resistiram bravamente, estando presentes em vários quilombos.

2.1.1 Histórico do Vale do Iguaçu no Recôncavo Baiano

De acordo com Magalhães⁸ (2013), a região do Vale do Iguaçu, localizada no Recôncavo Baiano, município de Cachoeira, foi inicialmente habitada por indígenas. Com o domínio português, a princípio, o Vale do Iguaçu tinha apenas função militar, se tornando uma área de proteção contra os índios que habitavam regiões próximas.

⁸ Algumas informações presentes no trabalho de Magalhães (2013) foram obtidas a partir de entrevista realizada com o historiador Luiz Cláudio Nascimento durante a execução do seu trabalho.

No século XVI, com a implementação da agroindústria do açúcar, essa localidade passou a ter determinada função econômica, desde o plantio da cana até o produto final. Assim se inicia o processo de colonização do Vale do Iguape baseado no tráfico de povos africanos na condição de mão-de-obra escrava para esta produção. O fumo também foi uma significativa atividade destinada à exportação, mas estivera muito longe de competir com o açúcar. Presente também em Anjos (2009, pág. 50):

A introdução das populações africanas e suas matrizes culturais e tecnológicas no Brasil vão ocorrer simultaneamente á implementação da agroindústria do açúcar, baseada na monocultura e no latifúndio (1540). Os primeiros quilombos vão surgir nesse contexto de expansão do ciclo econômico colonial da cana-de-açúcar na região Nordeste, tendo a resistência como característica básica, no entanto, manifestando-se de distintas formas, de acordo com o contexto histórico e cultural.

O Recôncavo da Bahia, juntamente com o litoral de Pernambuco e o Rio de Janeiro, tornaram o Brasil o maior produtor mundial de açúcar do século XVII. O povo de origem *bantu*, no decorrer da importação forçada de povos africanos, foi o primeiro a habitar a região a partir dos séculos XVI e XVII. Muitos dos nomes das comunidades quilombolas da região do recôncavo baiano têm origem africana, dados logo no início da presença *bantu*, como Kalemhá, Kaonge, Dendê, entre outras. Esses nomes africanos, numa localidade onde existiam engenhos, persistem até os dias atuais. As terras que hoje pertence ao quilombo Kaonge, por exemplo, pertencia ao engenho Nossa Senhora de Guadalupe da Campinas, mas existia um mocambo que se chamava Kaonge (MAGALHÃES, 2013).

Com a continuidade desse chamado “tráfico negreiro”, tempos depois, próximo ao século XIX, quando o processo de escravidão foi tão rígido quanto nos séculos anteriores, outros povos como os nagôs, os sudaneses e os muçulmanos, chegaram em grandes contingentes populacionais e também impuseram sua cultura. A partir dessa mescla de várias culturas, sintetizadas em apenas uma que derivou a cultura conhecida principalmente na Bahia como *gegê nagô*. A partir de 1830, “começa o processo de desfragmentação dos engenhos, por causa de casamentos, vendas, trocas, pagamentos de dívidas, partição de heranças, entre outros motivos” (MAGALHÃES, 2013).

A partir de 1850, o processo de escravidão foi se enfraquecendo e ao longo da década de 1880, com a crescente insubordinação e fugas dos escravizados, ocorreram alforrias coletivas aos montes, estratégia política usada pelos senhores de engenho para evitar o abandono das propriedades que se mantinham pela mão de obra escrava (FRAGA FILHO, 2010).

Após a abolição em 1888, muitos ex-escravizados permaneceram na região. Ao contrário da lógica dos senhores, ali haviam sido criados muitos vínculos comunitários e familiares, além do domínio da terra. Como afirmou Fraga Filho (2010, p. 251) “O mundo dos engenhos não guardava apenas a memória dos dias difíceis da escravidão, era também testemunho do esforço incessante para conquistar espaços para cultuar deuses e santos”. A proximidade com os manguezais, já que não tinham direito à terra, foi estratégia usada pelas comunidades negras para sua subsistência. Alegam que a terra tinha dono, mas o mar, não.

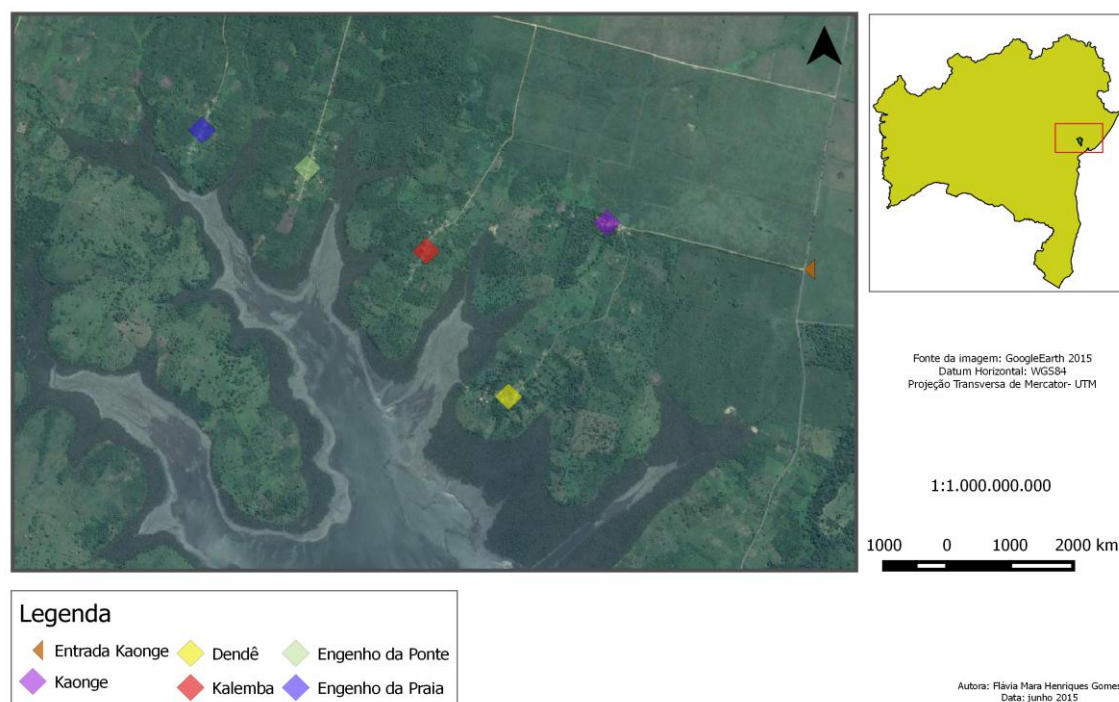
O Vale do Iguape foi uma área de tensões escravas, onde aconteceram importantes rebeliões, assim como histórico de fugas, de resistência africana, de desaparecimentos morte de senhores (MAGALHÃES, 2013).

Durante o processo da escravidão e também após a abolição, os descendentes de africanos que permaneceram na região, hoje quilombolas, continuaram a preservar as tradições legadas por eles no Vale do Iguape. Atualmente esses núcleos compõem um conjunto de 14 comunidades quilombolas, a saber: Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Kalolé, Kaimbongo Velho, Tombo, Imbiara, Engenho da Vitória, Engenho Novo, Engenho da Cruz e Brejo.

2.1.2 Comunidades Quilombolas do Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia atualmente: Características Gerais

As cinco comunidades quilombolas participantes do Projeto de Mapeamento Bioregional Participativo em Comunidades Costeiras Tradicionais como Ferramenta para a Educação Ambiental: Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, pertencem ao distrito de Santiago do Iguape, município de cachoeira, no estado da Bahia (Mapa2):

Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas no Vale do Iguape - BA



Mapa 2: Localização das Comunidades Quilombolas Kaonge, Dendê, Kalembe, Engenho da Ponte e Engenho da Praia. Autora: Flávia Mara Gomes

Estão distribuídas em uma extensão territorial de 1.131,1736 hectares, representando uma população de cerca de cem famílias. Encontram-se nos mesmos territórios onde seus antepassados habitavam, nas margens dos manguezais da Reserva Extrativista da Baía do Iguape, próximos aos antigos engenhos de cana-de-açúcar, em áreas rurais do Recôncavo Baiano. O Vale (ou Bacia) do Iguape está situado a cerca de 40 quilômetros do município de Cachoeira, e a 110 quilômetros da capital Salvador.

Essas cinco comunidades, estão distantes uma da outra por uma média de dois quilômetros e se auto identificam enquanto apenas uma. Intitulam-se enquanto comunidades quilombolas devido à sua trajetória história, ancestralidade, relação com seus patrimônios materiais e imateriais, a compreensão da sua dinâmica e relação específica com o território, assim como sua cultura e identidade. Logo, desde o ano de 2004, possuem a certificação de remanescente de quilombo expedida pela Fundação Cultural Palmares.

Atualmente estão em processo de luta pela titulação de suas terras, tendo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em processo de elaboração pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal que hoje compete a delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas.

Destaca-se o fato do RTID estar sendo elaborado enquanto apenas um território quilombola, sendo caracterizadas pelo INCRA como “comunidades reunidas”.

Ao longo estrada de chão que dá acesso ao Vale do Iguape (BA-880), nos deparamos com plantações de cana-de-açúcar e rastros de engenhos, além de belas paisagens que vão se consolidando quanto mais nos aproximamos dos quilombos. A primeira comunidade que se ingressa pela estrada é o Kaonge, que na porteira encontra-se uma bandeira referente ao orixá Tempo e uma gameleira, árvore sagrada que simboliza a entidade. (MAGALHÃES, 2013).

Internamente, o acesso – sem veículo - entre as comunidades mais próximas ao Kaonge (Dendê e Kalembá) se dá por estradas de chão mais estreitas, e às mais distantes (Engenho da Ponte e Engenho da Praia) é feita por trilhas nas matas. Nos caminhos encontram-se diversas plantas e pés de dendê, bananeiras, coqueiros, entre outros, refletindo a forte relação com o meio ambiente local.

O Vale do Iguape dispõe de terras férteis de massapé, floresta secundária e manguezal, ecossistemas inseridos em área remanescente do bioma Mata Atlântica. As comunidades se localizam nas margens dos manguezais, sendo esses chamados de “Supermercado de Deus” pelos habitantes da região. Têm essa denominação por há anos garantirem seu sustento “sem pedir nada em troca”, como eles próprios afirmam. Entre as tecnologias, a pesca artesanal sempre teve destaque e o ofício de pescador/a ou marisqueiro/a é mantido por gerações. Este é um dos mais fortes ofícios tradicionais, sendo os quilombolas familiarizados com “a maré” desde crianças.

A pesca, a mariscagem e o cultivo de ostras, cuja distribuição chega aos municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador, são as principais atividades econômicas destas populações, além da agricultura de subsistência, a comercialização do óleo de dendê e recentemente a apicultura.

Através da organização das mulheres quilombolas, que criaram um grupo onde colhem mel em apiários da região, a produção é comercializada. O papel da coletividade e gênero, nesse caso, é reforçado, pois as mulheres apicultoras construíram o projeto e levam adiante a nova prática com muito empenho. É uma nova prática baseada na forma de organização tradicional e tem obtido grande sucesso.

Os recursos naturais provenientes deste território são condicionantes para a reprodução cultural, social, religiosa e econômica das comunidades. A terra e o manguezal singularizam o modo de viver e produzir nas comunidades, fortemente marcadas pela tradição e respeito aos bens materiais e imateriais provenientes destas. As

casas onde residem são feitas de parede de pau-a-pique ou alvenaria e possuem chão de “terra batida” em sua maioria. Elas são próximas umas das outras em cada comunidade. Algumas comunidades dispõem de casa de farinha e tratamento de dendê para produção do azeite.

A partir do ano de 2005 as comunidades tiveram acesso à energia elétrica. O acesso à água encanada, depois de árduos anos tendo abastecimento de água apenas pelas fontes da região, chegou recentemente através do Projeto Água para Todos, em 2010. Essa conquista era frequentemente enfatizada e comemorada, pois as fontes se localizam a certa distancia das residências, assim, a cultura de uso de baldes d’água na cabeça, realizada principalmente pelas mulheres, foi utilizada até tempos recentes. Muitas relatavam o sofrimento que era, e sempre ressaltavam que a conquista se deu perante muita luta.

As crianças tem acesso à escola pública municipal São Cosme e Damião na própria comunidade, desde o ano de 2000, localizada no quilombo do Kaonge. A construção da escola no território quilombola, destacando o fato das professoras serem da própria comunidade, simboliza o início de um processo de organização e conquistas em infraestrutura nas comunidades. Também enfatizavam a árdua luta traçada para a construção da escola e igualmente para as professoras quilombolas, podendo fortalecer a educação afro-brasileira. Antes as aulas eram realizadas em um banco, debaixo de uma árvore por Dona Juvani, professora local há anos atrás.

A comunidade do Kaonge, formada por aproximadamente 25 moradores, é a maior referência sociopolítica dentre as cinco comunidades, tendo organização de destaque. Além da escola, o Terreiro de Candomblé, único dentre as cinco comunidades e de grande referência para a população, também se localiza no Kaonge. O Terreiro também funciona como sede administrativa do Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola, sendo afirmado pelo líder comunitário que isso é para fortalecer, pois o trabalho da comunidade se dá a todo instante com a comunicação espiritual.

Essa comunidade conta ainda com uma cozinha comunitária chamada Casa do doce, casa de farinha ainda em funcionamento, banheiro externo, um mercadinho que abastece a região, um campo de futebol e recentemente o restaurante “D’Oxum”, para receber visitantes. A comunidade é referência local em projetos de desenvolvimento e ações comunitárias, tendo as lideranças quilombolas residentes nela, como Dona Juvani e seu irmão, Ananias. Várias dessas conquistas foram protagonizadas por ambos. Todo acesso às comunidades passam pelo contato e aprovação deles.

Dona Juvani, líder espiritual, detentora de diversos saberes tradicionais, mestre griô, diretora da escola local e dona do restaurante, é a matriarca do lugar. Ananias se destaca pela articulação política e mobilização produtiva e cultural a favor das comunidades. Além de líder comunitário, é coreógrafo e cantor do grupo de samba de roda local. Compõe o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguaçu, sendo esse fruto do Centro de Educação e Cultura Vale do Iguaçu - CECVI (que agrega outros quilombos da região), na qual o quilombola também foi um dos idealizadores.

A partir do CECVI, fundado em 2002, o levantamento socioeconômico das comunidades quilombolas e pesquisa do diagnóstico potencial produtivo e econômico das comunidades quilombolas da região, foram realizados. Outros grandes feitos como a formação núcleos produtivos na região foram possíveis, tais como: o de cultivo de ostra, de produção de azeite de dendê, de apicultores e do turismo étnico Rota da Liberdade. Além da consolidação do Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola e a implantação de projetos como Cidadão quilombola com Apicultura, Pesca e Agricultura e a Trilha Griô, Caravana dos Orixás (CECVI)⁹.

As comunidades do Kaonge, Kalemhá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia são intensamente envolvidas em atividades artístico-culturais, se referindo à elas enquanto base identitária. Elas são referências na região, contam, inclusive, com grupos de dança e teatro “Raízes do Iguaçu” e samba de roda “Suspiro do Iguaçu”. Realizam apresentações constantemente nos Municípios de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador, além de eventualmente participarem de festivais em outros estados. Através de seus projetos e núcleos de produção incentivam ações que contribuam para manter viva a memória cultural popular relacionadas com o usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, promoção de arte e cultura, defesa e conservação do Patrimônio histórico e artístico local.

O principal evento que ocorre no território quilombola para a divulgação desses projetos e comercialização dos produtos advindos dos núcleos de produção, assim como a cultura local, é a “Festa da Ostra”. A festividade de realização das cinco comunidades ocorre anualmente no quilombo do Kaonge. O objetivo inicial era estimular parcerias comerciais para o escoamento da produção de ostras. Mas logo se tornou evento gastronômico e cultural, com a venda de produtos provenientes das atividades sócio-econômicas (mariscos, ostras, mel, ervas medicinais, sementes, farinha de mandioca,

⁹ O CECVI possui um site de divulgação de suas ações, onde foi possível obter informações sobre as comunidades envolvidas na pesquisa. Disponível em <http://www.cecvi.org.br>.

azeite de dendê, artesanatos em palha), além da culinária afrodescendente e apresentação de dança, música e teatro dos grupos locais. A Festa da Ostra demanda grande articulação e organização das cinco comunidades, sendo minuciosamente planejada. É um evento que as comunidades se referem com grande afeto, onde representa muito de sua identidade, organização e mobilização.

2.2 O Caso da Produção de Mapas Biorregionais nas Comunidades Quilombolas do Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia

2.2.1 Os objetivos

Entendendo mapas enquanto ferramentas de poder, ao unir características biofísicas, culturas, além de fatos históricos, expressos em uma base cartográfica do território local, feito pela e para a comunidade, os Mapas Biorregionais têm como objetivo ser um instrumento sociopolítico que possa auxiliar as comunidades a atender demandas locais.

Nas comunidades quilombolas do Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, o processo de Mapeamento se iniciou sem a convicção exata por parte das comunidades de qual seria seu real objetivo. O anseio dessas comunidades era que os mapas subsidiassem tanto projetos socioambientais ou culturais, com vistas ao desenvolvimento local, como a titulação de suas terras junto ao INCRA, demandas essas de maior urgência para seus representantes. Durante o processo de Mapeamento, as ideias de planejamento foram sendo organizadas gradativamente, junto à materialização dos Mapas, sendo o seu objetivo final refletido constantemente.

Já os objetivos por parte de nós, acadêmicos, foram produzir Mapas Biorregionais que expressassem a territorialidade quilombola; contribuir para que estes pudessem ser futuramente apropriados pela comunidade; proporcionar à comunidade condições e materiais suficientes para sua autonomia na confecção de outros mapas.

Em Santos (2008, p. 19, grifo do autor) “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* compreende-se por territorialidade como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...*”. Assim o território usado é a categoria que “aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (idem, p. 20).

Dado que as comunidades quilombolas são dotadas de forte consciência identitária e mobilização sociopolítica, desenvolvendo sólidos projetos e atuando em diversos núcleos de produção baseados na cultura local, reafirmam constantemente sua territorialidade:

A identidade é constantemente reconstruída histórica e coletivamente, e se territorializa especialmente através de políticas (de gestão) e culturais. Há uma combinação da processualidade histórica e relacional na explicação da identidade e da formação do território (SAQUET, 2013, p.149).

Baseados na forte movimentação cultural, política e produtiva, os quilombolas investiam no desenvolvimento socioeconômico comunitário de forma autônoma.

2.2.2 Os Dados

A confecção dos Mapas Biorregionais foi sustentada por elementos essenciais como a base cartográfica, os pontos georreferenciados, as histórias locais e as figuras, que constituíram em dados primários. Dados esses que se estabelecem da seguinte forma:

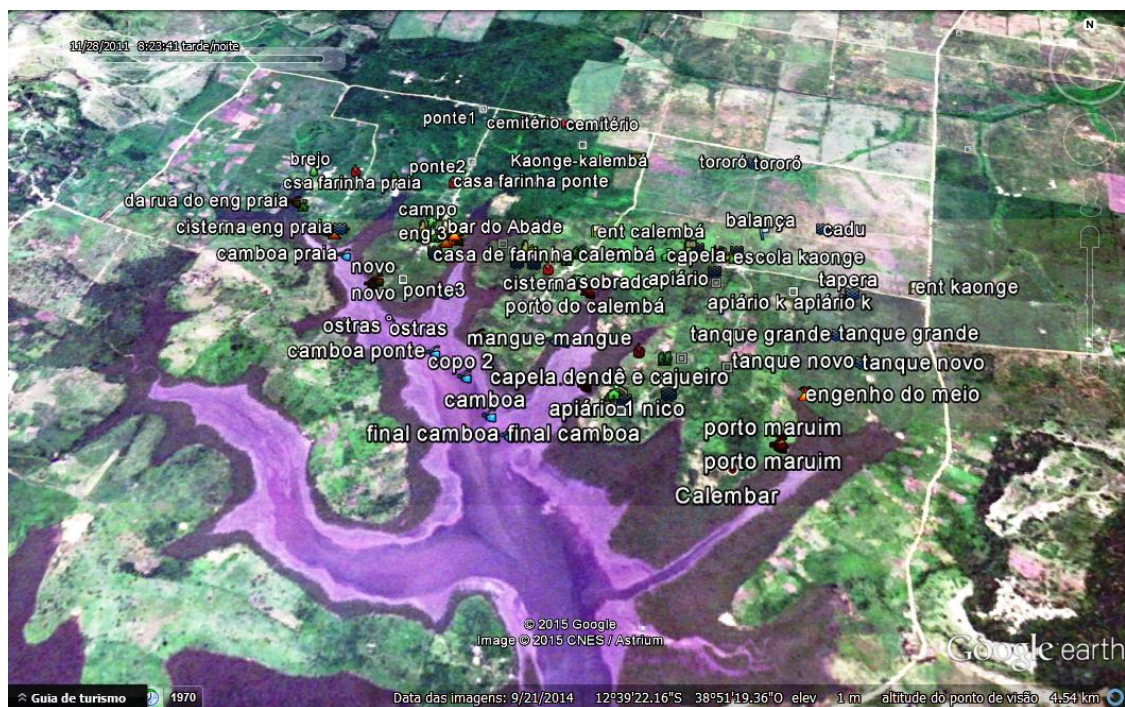
1) Base cartográfica

A imagem utilizada enquanto base cartográfica para a confecção dos Mapas Biorregionais foi retirada através do *software* Google Earth, programa de imagens de satélite disponível na internet. O referencial cartográfico utilizado foi: o DATUM horizontal WGS84 (projeção adotada pelo Google Earth) e o sistema de projeção de coordenadas UTM - Universal Transversa de Mercator. Foram utilizadas escalas pequenas para abarcar os elementos do território das cinco comunidades. Assim, foram selecionadas duas escalas, que compuseram quatro mapas, sendo elas: 1:10.000 metros e 1:15.000 metros.

2) Pontos Georreferenciados

Durante as oficinas destinadas a discutir os temas a serem mapeados, foram mencionados lugares de interesse pela comunidade, nos quais, posteriormente ocorreram visitas *in loco* com a finalidade de constar no Mapa. Com uso do sistema de posicionamento global – GPS, foram marcados os pontos de interesse, como ruínas de

engenhos, fontes de água, casas de farinha, localização das camboas (tecnologia de pesca), apiário, plantações de dendê, entre outros. Esses pontos geraram um arquivo que posteriormente foram georreferenciados no mapa base (imagem da base cartográfica).



Mapa 3: Imagem do território quilombola com pontos georreferenciados. Fonte: Google Earth, 2014.

3) Histórias Locais

As histórias presentes nos mapas derivam de relatos dos membros da comunidade. Além dos relatos ocorridos nos diversos processos do Mapeamento, em um momento específico, programado durante as oficinas para tal fim, foi realizada a “coleta de histórias”. Para compor essa pesquisa, os alunos e membros da comunidade participantes do projeto realizaram visitas às casas dos habitantes mais velhos. Entendia-se que esses detinham mais conhecimento a respeito das especificidades do território e dos pontos que foram mapeados no trabalho. Assim como tinham lembranças de relatos de processos históricos dos anos vividos no período escravocrata e pós-abolicionista por seus pais e avós.

Dentre as informações, havia também estórias que não estavam ligadas a uma materialidade específica, mas compõem a territorialidade e identidade local. Estórias essas, que estavam relacionadas, por exemplo, com mitos ancestrais.

4) Figuras

Para compor os mapas com ilustrações que representassem seus temas ou pontos marcados com o uso de GPS, foi feito o uso de fotografias e desenhos. A maioria das fotografias foram tiradas e impressas ao longo do processo do Mapeamento. Algumas outras, que a comunidade dispunha também foram expostas nos Mapas. Fotografias de manifestações culturais, atividades produtivas, manifestações religiosas, poços e tanques d'água, bares, mangue, pessoas, capela, tecnologias de pesca artesanal, apiário, antigo cemitério, ruínas de engenho, área de plantação de dendê, são alguns dos exemplos que compõem a territorialidade quilombola e foram inseridas nos Mapas. As legendas, ícones e símbolos foram feitos à mão, com desenhos que caracterizavam as comunidades, com intuito de criar uma identidade visual.

2.2.3 A Metodologia

Todo o processo de Mapeamento Biorregional ocorreu nas comunidades quilombolas Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, composto de oficinas realizadas em cinco encontros com duração de dois dias (um final de semana) cada um. Esses encontros aconteceram uma vez ao mês e foram realizadas ao longo de um semestre no ano de 2011, através da disciplina ACC em projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Bahia.

Visto que o território é composto por cinco comunidades quilombolas, o processo se compôs realizando um encontro em cada comunidade, onde o trabalho de Mapeamento Biorregional ocorreu desde a sua apresentação conceitual até a finalização dos mapas. Assim se deu o sucessivo progresso do Mapeamento, com cada encontro realizando-se em uma comunidade, mantendo os mesmo membros que acompanharam o Projeto, para que todas as comunidades fossem contempladas.

As oficinas seguiram determinadas etapas a fim de atingirmos o objetivo proposto. Organizamos esse cronograma em passos fundamentais, relatando as respectivas vivências:

1) Reunião com a comunidade

O primeiro encontro aconteceu no Terreiro de Candomblé na comunidade do Kaonge, onde fomos recepcionados por Dona Juvani. Os quilombolas das demais comunidades (Kalembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia) foram ao nosso encontro. O trabalho se iniciou com reunião entre os estudantes matriculados na disciplina, o Professor Miguel Accioly, duas monitoras da ACC e membros das comunidades interessados em conhecer e participar do Projeto, assim como os líderes comunitários, Dona Juvani e Ananias. Reunião essa programada enquanto primeira oficina, para apresentação de todos nós (acadêmicos e comunidade) e do Projeto Mapeamento Biorregional Participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental.

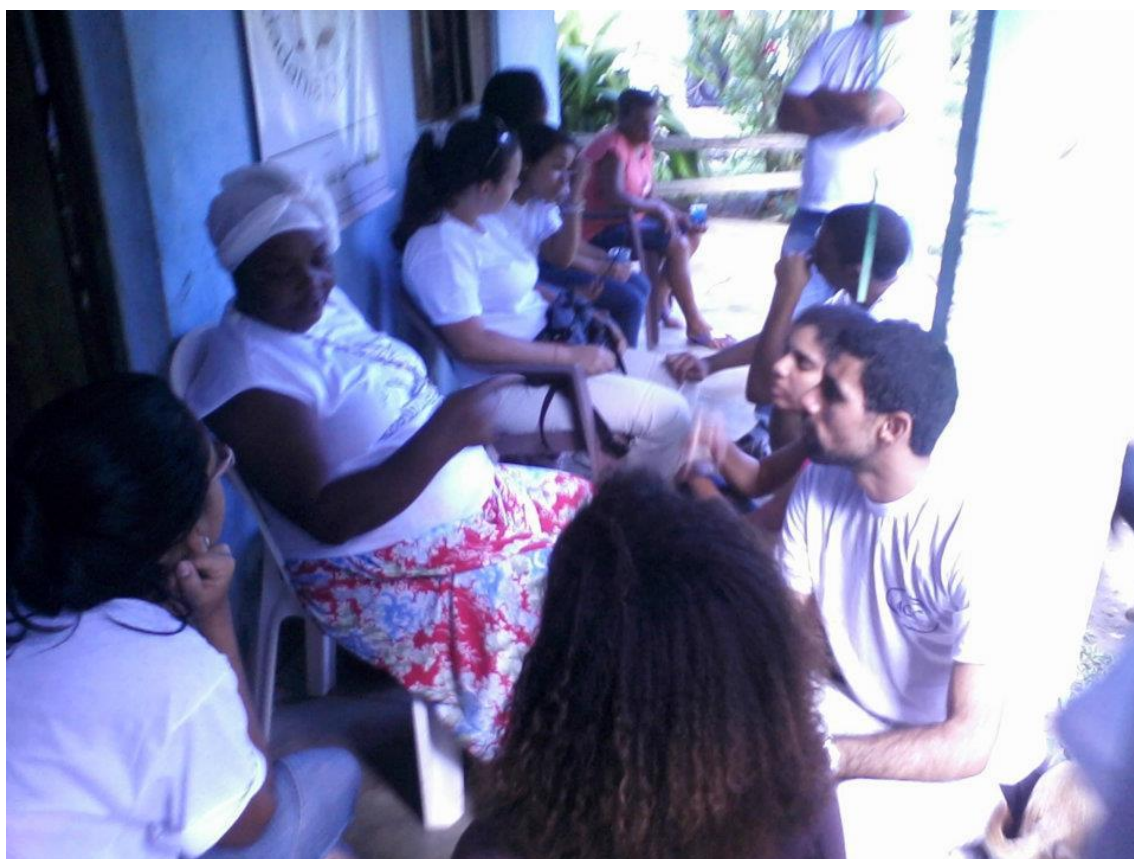


Foto 1: Recepção dos estudantes da UFBA por Dona Juvani na primeira reunião. Fonte: MARSOL, 2011.

Esse momento se deu pela apresentação individual de cada um nós, da comunidade enquanto coletivo (seus núcleos de produção, projetos, base identitária, etc)

e o que se trata o projeto. Esta é uma etapa singular, que consiste em entrar em contato direto com a comunidade, iniciar laços de confiança e afetividade, conhecer pessoas, algumas dinâmicas do território e espaços que terão fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho.

2) Apresentação do Mapeamento Biorregional

Primeiramente, foi perguntado se a comunidade já havia tido algum contato com mapas. Os quilombolas que tiveram acesso ao ensino formal, na maioria os mais jovens, responderam que sim, durante as aulas de Geografia. Os habitantes mais velhos responderam, no geral, que já haviam visto em algum mural, mas nunca entenderam. Perguntamos também se já fizeram uso de algum. Todos responderam que não.

Posteriormente, apresentamos um mapa convencional e discursamos sobre ele, apontando os elementos e características presentes. Logo após, apresentamos outro mapa da região, em escala maior. Este foi exposto e novamente houve discussão a respeito. Apontamos onde corresponderia o mangue, as estradas, as fronteiras e a localização aproximada do Terreiro aonde estávamos. Em seguida fizemos um questionamento: “Você vê sua comunidade neste mapa?”. A resposta de todos foi negativa. Perguntamos se, em algum momento de suas vidas já se sentiram representados em algum mapa? A resposta foi igualmente negativa.

Em seguida exibimos Mapas Biorregionais produzidos pela comunidade de Graciosa na Bahia, assim como cópias de Mapas Biorregionais produzidos no Canadá (com tecnologia e qualidade superiores). Com a nítida diferença visual quanto aos demais apresentados, os moradores falaram que esses faziam mais sentido, apesar de ainda não os entenderem bem, mas que era possível captar alguma mensagem.

Assim sendo, foi dito que esses Mapas foram feitos pelas comunidades que ali habitavam, de acordo com a sua visão e interesses. Igualmente, foi apontado e o que consistia cada um deles, como figuras, textos, fotos, desenhos, autores, símbolos, etc. Logo, ficou consolidada a diferença entre os mapas convencionais e os Mapas Biorregionais, e o que nesses consistem.



Foto 2: Exposição de Mapa Biorregional produzido pela comunidade de Graciosa no semestre anterior do ano de 2011 pela equipe da UFBA à comunidade

3) Escolha do “Mapa Base”

Através da projeção de imagem de satélite do *software* GoogleEarth, para reconhecimento da comunidade no espaço de maneira dinâmica (dada as ferramentas que o programa oferece), fomos aproximando a imagem inicial do globo terrestre, à imagem da fronteira do estado da Bahia com o mar, à Baía de Todos os Santos, ao Recôncavo Baiano, até chegarmos ao Vale do Iguape.

Com a imagem representada, foi pontuando o que era terra, o que era mangue, a estrada de acesso ao Kaonge, localização aproximada das comunidades, entre outros. Em seguida, foi perguntado aos quilombolas se eles reconheciam seu território em tal representação. Houve percepções diversas por parte da comunidade. Alguns respondiam que sim. Outros, que não estavam realmente compreendendo, e outros, ainda, respondiam que assimilavam em partes, pois havia “algo errado”.



Foto 3: Professor Miguel apresentando o território através projeção de imagem do GoogleEarth.

Ao passo que íamos alterando gradativamente o norte geográfico para a direita da imagem, igualmente os moradores iam se identificando espacialmente. Em diálogo a fim de avançarmos no entendimento e questionando elementos visuais, um dos moradores afirmou: - Não estou entendendo bem isso. A maré é o nosso horizonte. Quando acordamos, vemos ela”. Constatamos que, dada a importância da maré na vida dos quilombolas (além da complexidade no entendimento da nova representação), a imagem deveria estar disposta a partir dessa afirmação. Logo, com a maré representada relativamente acima da localização das comunidades e no centro da imagem, os moradores se identificaram com os elementos do território com maior propriedade. Todos se sentiram representados e chegaram a um consenso.

Assim, foi definida a imagem que constou enquanto “mapa base” e feito o decalque desta em folha de papel vegetal sobreposta, pelos membros participantes.

4) Noções da cartografia

A fim de atingirem a compreensão dos elementos que deveriam constar na base

cartográfica dos Mapas, houve oficina de técnicas de cartografia e reconhecimento de elementos cartográficos como, escala, coordenadas geográficas e pontos cardeais. Além de ainda ter sido feito uso do Google Earth nesse momento, também houve didáticas específicas para que os quilombolas pudessem assimilar o conteúdo, como recortes de papel de papel em diferentes tamanhos a fim de que a noção de escala fosse compreendida.

5) Definição dos Temas

Dado que o território local é composto de diversas atividades produtivas, histórico de resistência, riqueza de recursos naturais, manifestações culturais, entre outras características, inicialmente foi sugerido a construção de mapas mentais pela comunidade. Posteriormente, foi solicitado aos quilombolas que citassem dados e informações que a comunidade julgasse pertinente na composição da sua territorialidade, como, lugares, pessoas, mitos, estruturas, produção, etc. A finalidade foi, ao diagnosticarmos importantes elementos que pudessem constar nos Mapas Biorregionais, estimularmos ideias e sistematiza-las para comporem os futuros temas dos mesmos.

A partir dessas narrativas, palavras-chave foram anotadas em tarjetas de folhas de cartolina pelos estudantes e fixadas em cartazes de maneira aleatória. A quantidade de palavras foi enorme, dada a pluralidade do lugar e das relações, tanto quanto as memórias surgidas a partir da discussão da comunidade.

Constatada a abundância de dados, instigamos a reflexão do que realmente seria interessante constar nos Mapas Biorregionais. Iniciou-se assim o processo de seleção das palavras-chave, descartando algumas (por questões estratégicas ou por considerarem irrelevantes) e mantendo outras.

As palavras-chave selecionadas foram agrupadas segundo critério de semelhança e/ou elementos em comum entre si, sendo organizadas nos cartazes expostos, nos quais anteriormente as continham dispostas de forma aleatória.

Ao final, cada cartaz foi composto por palavras-chave relativos à contextos similares. Como resultado dessa organização de ideias, em sistematização e final disposição das palavras-chave nos cartazes, foram definidos pela comunidade quatro temas principais: cultura e identidade, fontes de água, antigas histórias da comunidade e sustentabilidade/produtividade.

Durante as caminhadas, foi realizada mensuração das pontas mencionadas com o

Nesse mesmo momento foram fotografados os lugares visitados e fim do



Foto 5: Grupo composto de estudantes e quilombolas em trilha para marcação de pontos com uso de GPS e registro fotográfico

7) Coleta de histórias

Enquanto pesquisa etnográfica, foram usados como base os relatos da população presente durante o processo de confecção dos Mapas. Porém, devido a idade avançada dos quilombolas com maior propriedade das histórias locais, muitos não participaram do processo de confecção dos Mapas.

Assim, foi realizada visita à casa dos habitantes mais velhos para coleta de histórias, visto que detém maiores lembranças e conhecimento do histórico do território. Ao serem questionados a respeito dos temas e elementos selecionados para compor os Mapas, os relatos foram registrados pelos estudantes e membros da comunidade. Posteriormente, esses foram sistematizados em conjunto, derivados em textos resumidos.

8) Seleção de materiais referente a cada “mapa base”

Em laboratório da UFBA, a imagem do “mapa base” foi digitalizada, georreferenciada e impressa em duas diferentes escalas. Como acordado com a comunidade, cada “mapa base” foi georreferenciado de acordo com a temática a ser trabalhada nos mapas.

Assim, de posse de quatro diferentes bases cartográficas impressas, a comunidade identificou ao que correspondia cada ponto representado. (FOTO) As fotografias impressas referentes a cada ponto foram agrupadas de acordo com o tema referente à base cartográfica.



Foto 6: Moradora reconhecendo localidade em base cartográfica referente a determinado tema

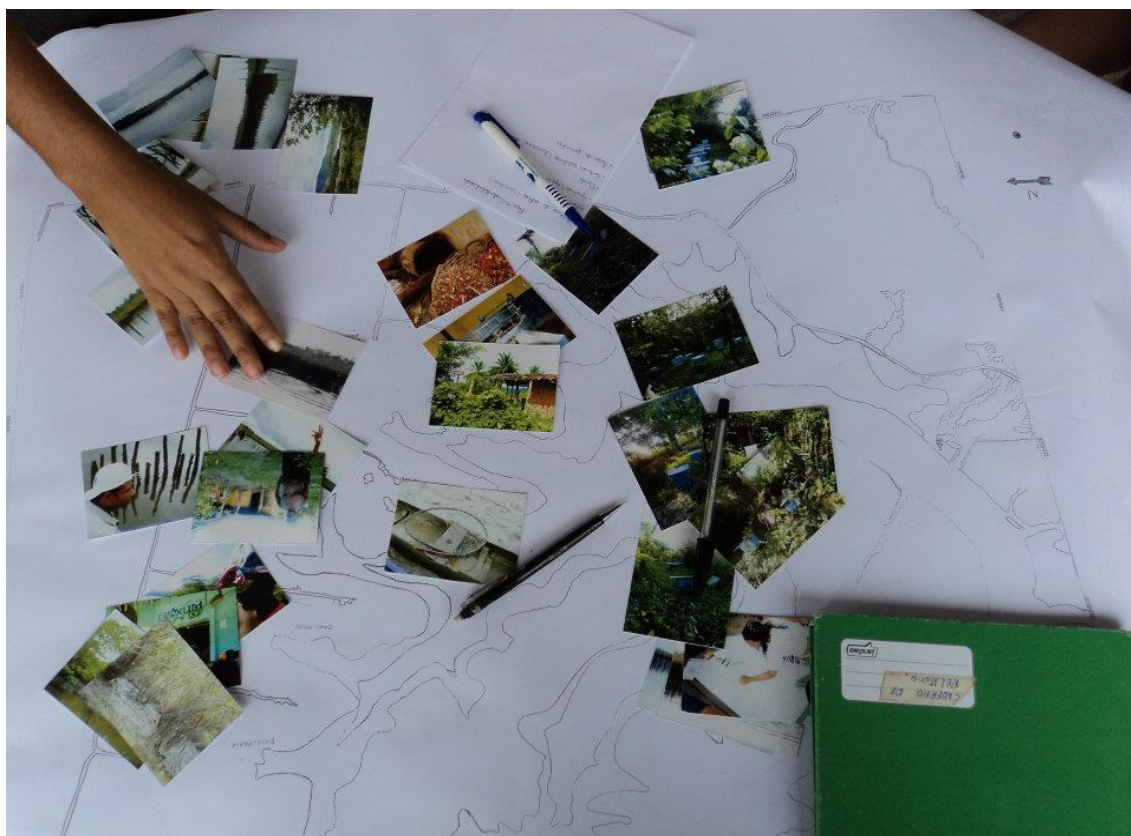


Foto 7: Base cartografia destinada ao Mapa da Sustentabilidade e a seleção de fotos referente ao tema

9) Confecção dos Mapas Biorregionais

Estudantes e comunidade se dividiram em quatro grupos. Cada grupo esteve responsável por determinado tema selecionado e iniciou-se o processo de confecção dos Mapas Biorregionais. Primeiramente, o grupo definiu as cores que comporiam os Mapas e logo em seguida as bases cartográficas foram pintadas.



Foto 8: Quilombolas e estudante em grupo colorindo a base cartográfica

A comunidade representou símbolos e elementos nos Mapas com referência na cultura local (Figura 1). As setas indicativas do norte, por exemplo representavam informações do cotidiano, como a religiosidade, exposta na cobra de Oxumaré apontando para o norte. Em outro Mapa, a seta do norte foi representada com mulher segurando balde d'água na cabeça, e ainda em outro, -um pilão ilustrou a seta do norte geográfico (Figura 2).



Figura 1: Elementos que compõem a cultura local tais como, cabaça, espelho de Oxum, entre outros.



Figura 2: Desenho de setas indicativas do norte geográfico

As legendas dos Mapas foram desenhadas à mão, garantindo características personalizadas das comunidades. A borda de um dos Mapas foi decorada com uma cantiga tradicional, em outro, com oração cantada pela comunidade. Desenhos decorativos de elementos que representam a identidade local também se destacam, como sereia, cesta de palha, folha de árvore e pote de cerâmica. (Figura 3).



Figura 3: Legendas personalizadas como referência da identidade local

Por fim, as fotografias impressas e os textos referentes às histórias foram colados na base na base cartográfica e, junto aos desenhos, cores e simbologias, os Mapas foram “ganhando vida”. Ao final do dia do último encontro, cada grupo apresentou o Mapa Biorregional que tinha confeccionado aos demais grupos.



Foto 9: Grupo com Mapa Biorregional finalizado em campo, expondo aos demais

2.2.4 Resultados

Os Mapas Biorregionais produzidos possuem os elementos cartográficos necessários para serem documentos reconhecidos em qualquer lugar enquanto Mapa - e não uma ilustração. Contêm escala, coordenadas, pontos cardeais, título, legenda e autoria. Os elementos técnicos se uniram às representações do território e às histórias das comunidades do Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, dotados de identidade visual. Assim, cumpriu-se o objetivo que a comunidade se reconheça nas representações construídas por elas.

A partir dos temas definidos pela comunidade em oficina, referente à cultura e identidade, fontes de água, antigas histórias da comunidade e sustentabilidade/produtividade, foram confeccionados quatro Mapas Biorregionais, com títulos que representam esses temas, sendo eles:

1) “Água Fonte da Vida”, referente às fontes de água no território (tanques, cisternas, poços, entre outros), com suas respectivas coordenadas geográficas expostas. O fato histórico de grande sofrimento relatado com a ausência de água encanada, repressões de acesso à água em territórios vizinhos, envenenamento de poços para que os quilombolas não retirassem água, histórico de solidariedade e cuidado com as fontes, entre outros, são expostos. (mapa 4).

2) “Sustentabilidade das Comunidades Quilombolas Kaonge, Dendê, Kalembá, Eng. da Praia e Eng. da Ponte”, referente à produção socioeconômica local, como o apiário, área de mangue, casa de farinha, Bares, a Casa do Doce, tecnologias artesanais de pescaria, o CECVI, etc. As coordenadas geográficas referente à cada local foram escritas a mão. Outros elementos foram apenas relatadas as histórias, como a feitura do azeite de dendê e agricultura. (mapa 5).

3) “Abre-te Campo Formoso Cheio de Tanta Alegria”, referente às antigas histórias da comunidade. Assim, é dotado de textos narrativos que exaltam mitos, resistência escravocrata, contos, religiosidade, e contém pouca informação espacial georreferenciada, dado o nível de abstração do tema (mapa 6).

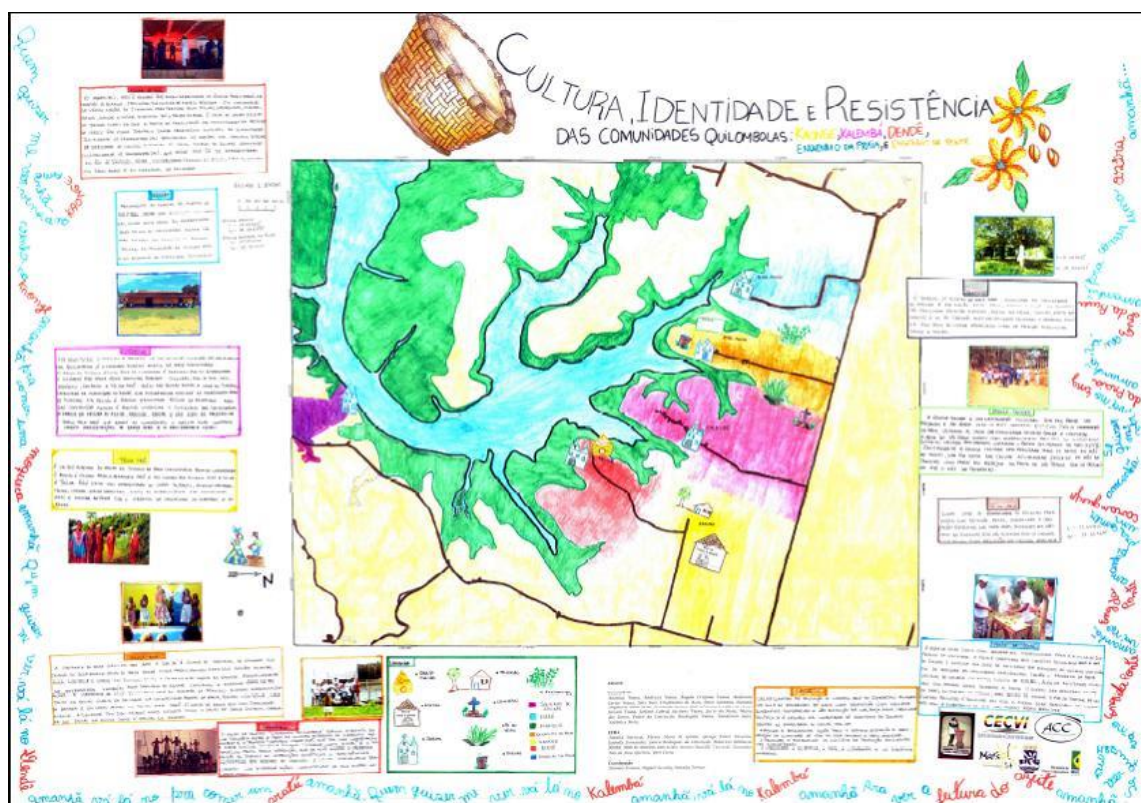
4) “Cultura, Identidade e Resistencia das Comunidades Quilombolas Kaonge, Kalembá, Dendê, Engenho da Praia e Engenho da Ponte”, como o próprio título retrata, foram registradas diversas expressividades, referentes ao tema, como o grupo de dança, de samba de roda, capoeira, maculelê, religiosidade, entre outros. Este também com pouca referência espacial (mapa 7).

[illegible]

Mapa5: Sustentabilidade das Comunidades Quilombolas Kaonge, Dendê, Kalemhá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia. Autoria: Comunidade; UFBA, 2011.



Mapa 6: Abre-te Campo Formoso Cheio de Tanta Alegria. Autoria: Comunidade; UFBA, 2011.



Mapa 7: Cultura, identidade e resistência das comunidades quilombolas Kaonge, Kalembe, Dendê, Engenho da Praia e Engenho da Ponte. Autoria: comunidade; UFBA, 2011.

3. Conclusão

A proposta de Mapeamento Participativo pode atender a inúmeros interesses como diagnóstico de uso do território, afirmação identitária e territorial de grupos desfavorecidos, explicitação de conflitos socioterritoriais, publicitação de ausência de serviços ou potencialidades produtivas do território, dentre vários outros.

Os Mapas Participativos são compostos de conhecimento técnico e tradicionais. Em comunidades historicamente invisibilizadas, torna-se uma forte ferramenta para exporem o uso e apropriação do território. Além de reconhecerem seu território por outro olhar, o cartográfico. Pode ser útil em pesquisas, assim como para gestão territorial, seja pelo controle estatal ou em atividades autogestionadas de base comunitária.

O caso apresentado a partir de relato do Plano de Manejo da FLONA de Tefé no Amazonas, realizado pelo ICMBio, retrata um exemplo de uso de Mapeamento Participativo para zoneamento de Unidade de Conversação, sendo essa de controle governamental. O zoneamento, neste caso é necessário, pois se trata de Unidade de Conservação, assim, esta se destina impreterivelmente à preservação ambiental, sendo regida por legislação específica. Dado que cabe ao ICMBio é a autarquia federal na qual compete a gestão das Unidades de Conservação, este usou da prática de Mapeamento Participativo, com metodologias específicas, enquanto ferramenta para zoneamento da área. O Mapeamento Participativo possibilitou o diagnóstico local, e diálogo entre a equipe técnica do ICMBio e os moradores da UC, pescadores que dependiam dos recursos naturais provenientes do território para sua manutenção social, produtiva e cultural. O resultado foi um mapa de zoneamento da área que foi deliberado em conjunto, definindo zonas que contemplassem os moradores locais, assim como o instituto responsável pela gestão legal e preservação ambiental.

Consideramos muito positivo este caso de Mapeamento Participativo, pois foi fundamental para realização de zoneamento da UC de forma não arbitrária e cumpriu o seu objetivo proposto. O mapa produzido não carrega elementos da identidade cultural dessas populações, dado que não era esse o objetivo, mas de alguma forma estão implícitos nele, devido ao diálogo e decisões realizadas em conjunto. Este é um caso explícito de uso de Mapeamento Participativo para controle estatal do território, destacando o fato que a população foi ouvida e o produto final, no caso o Mapa de Zoneamento da FLONA, reflete os interesses dos dois lados envolvidos.

No caso do Mapeamento Biorregional, este consiste em produção Mapas que não seguem um critério único, e os temas abordados é decidido unicamente pela comunidade que habita o território. Essa categoria de Mapeamento Participativo possui também o diferencial no que diz respeito à autonomia da comunidade para a decisão quanto ao uso dos Mapas Biorregionais da forma que julgarem apropriada, sendo inclusive, objetivo deste Mapeamento que referências identitárias da comunidade estejam impressas no produto final. Os vínculos afetivos que o grupo mantém com seu território, as histórias guardadas na memória coletiva e o uso social que dão a este território, baseados em sua identidade, são expressos de diversas formas nos Mapas.

Os Mapas Biorregionais se dão, também, pelo registro de histórias em formato de textos. No caso do Mapeamento realizado nas comunidades quilombolas Kaonge, Kalemhá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia, esses escritos ganharam uma conotação singular, visto que região se consolidou pela resistência da população de descendentes de africanos, explorados em determinada e cruel conjuntura histórica do país em quilombos. Assim, os textos expostos nos Mapas não submetem a história, cultura, resistência e territorialidade locais à qualquer indivíduo que não seja dessas comunidades. Logo, descartam a narrativa colonizadora do território, forma na qual muitas comunidades quilombolas têm sido referenciadas frequentemente durante longos anos. Sendo também, uma forma de legitimar e resguardar seus conhecimentos tradicionais.

Os quilombolas, ao se reconhecerem representados em um mapa do seu território, narraram o prazer e a dignidade (enquanto povo brasileiro) que isso trouxe, dado que nunca tinham se visto representados cartograficamente no território brasileiro. Realizar o trabalho de Mapeamento Biorregional nessas comunidades, foi também uma possibilidade de aprender sobre a história e realidade da construção do meu país, que não é contada em livros. A troca de experiências foi muito válida e rica para os dois lados, comunidade e estudantes, não havendo conhecimento superior ao outro, saberes científicos e tradicionais puderam se comunicar e chegarem a um primoroso resultado.

Os Mapas Biorregionais desde o fim das oficinas ficaram em poder da comunidade. A partir de sua organização, e reflexão instigada durante as oficinas, coube à comunidade a ponderação para planejamento, importância e uso dos Mapas.

Em visita realizada às comunidades no ano de 2014, fomos informados que os Mapas Biorregionais produzidos durante as oficinas em 2011 estão tendo utilidade primordial para apoio no turismo étnico de base comunitária Rota da Liberdade,

subsidiando, assim, o desenvolvimento e geração de renda em projeto local.

O turismo étnico Rota da Liberdade, é uma das fontes de promoção da cultural local e faz parte de uma iniciativa de amplo projeto de autonomia socioeconômica em desenvolvimento sustentável, como afirmado pelas lideranças que nos receberam. Assim, os Mapas Biorregionais servem de subsídio para esta atividade, visto que eles expressam a localização espacial dos elementos que constituem a histórica local, dos recursos naturais, os núcleos de produção, retratam histórias particulares do território e ainda reforçam a identidade local (em linguagem escrita e visual), promovendo a cultura e oferecendo informações em leitura fácil e agradável dos Mapas pelos visitantes. Tal atividade conta, inclusive, com sítio na internet onde os Mapas Biorregionais são apresentados¹⁰. Há também um vídeo produzido na comunidade com entrevistas com equipe da UFBA e quilombolas locais, tratando da importância deste projeto.

A partir do projeto de turismo étnico, a comunidade já recebeu diversos grupos de turistas e estudantes, e os Mapas são sempre expostos aos visitantes. Muitas vezes, quando querem apresentar seu território, núcleos produtivos, histórico e cultura para o público externo, de forma prática, as comunidades fazem uso dos Mapas Biorregionais. Além do turismo étnico, em eventos importantes como a “Festa da Ostra”, ou pra compor algum painel em atividades externas como feiras ou encontros, nos foi dito que os Mapas Biorregionais também são exibidos. Como também em atividades internas, como em projetos educativos na escola quilombola São Cosme e Damião.

Também destacou-se o uso dos Mapas em projetos no ensino formal das crianças das comunidades na escola São Cosme e Damião. Visto que os Mapas ilustram a história local associada à pontos e fatos específicos do território, de forma detalhada. Assim, se tornam um forte material pedagógico para educação quilombola, além de evitar que determinados fatos se percam com o tempo (como os habitantes mais velhos relatavam que estava ocorrendo), estando devidamente registrados. A importância de seus usos para fins educativos também procede do fato do recente acesso à energia elétrica (ano de 2005), assim, as dinâmicas de informação e comunicação interna das comunidades, devido ao uso constante de aparelho televisor pelos mais jovens, têm se alterado nos últimos anos. Os Mapas produzidos traçam efetiva forma de comunicação, derivada dos relatos da população local.

No que diz respeito ao anseio inicial relativo ao uso dos Mapas Biorregionais

¹⁰ Disponível em: <http://www.rotadaliberdade.net/mapeamento-bioregional/>

para o processo de titulação das terras junto ao INCRA, não podemos afirmar ao certo até que ponto favoreceu, mas, em visita às comunidades no ano de 2014, fomos informados que técnicos do referido instituto os fotografaram a fim de compor o RTID, que está em andamento atualmente.

Houve também a produção de um novo Mapa Biorregional, feito pelas comunidades quilombolas. O intuito do Projeto é que tal fato realmente se desse, dado que um dos objetivos é a autonomia para a confecção de novos Mapas feitos exclusivamente pela comunidade. A partir de uma base cartográfica impressa e deixada pela equipe da UFBA à comunidade no fim dos trabalhos, no ano seguinte os quilombolas confeccionaram novo Mapa Biorregional cujo tema foi as Parteiras locais, dado que tal ofício está ficando cada vez mais escasso e comunidade sentiu a necessidade desse registro. Foram produzidos textos, identificada a localização aproximada das residências das parteiras, utilizaram-se de fotografias e desenhos, mas não dominavam as técnicas cartográficas, o uso do aparelho de GPS e não sabiam georreferenciar os pontos coletados. Logo, esse objetivo não foi cumprido, mesmo com a ferramenta inicial em mãos, que a nosso ver, também deveria ser derivada pelos domínios técnicos supostamente adquiridos pela comunidade durante as oficinas.

Deste modo, no que diz respeito à qualidade e confecção dos Mapas por profissionais especializados em técnicas cartográficas, o Mapeamento Participativo desenvolvido no Plano de Manejo do ICMBio tem maior respaldo. Pois, ao contratarem pesquisadores com elevado conhecimento cartográfico do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA), estavam investindo concretamente na confecção dos Mapas em sólido conhecimento técnico. Desta forma, o Projeto Mapeamento Biorregional Participativo como Ferramenta para a Educação Ambiental em Comunidades Costeiras, talvez devesse questionar seus métodos e avaliar a inclusão de equipe de geógrafos especializados para maior suporte na confecção dos Mapas. Através da inclusão de concretas formações em conhecimento cartográfico, apreendidas tanto pela equipe universitária, quanto pelas comunidades participantes do Projeto, o Mapeamento Biorregional manteria todas as suas ricas especificidades, e haveria maior probabilidade de autonomia da comunidade para confeccionar novos Mapas. Assim como, maior possibilidade dos Mapas Biorregionais atingirem uma qualidade superior.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In: Cartografias sociais e território. Henri Acselrad (organizador). Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos, I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Centro de Educação e Cultura e Vale do Iguape – **CECVI**. Informações sobre comunidades quilombolas do Vale do Iguape. Disponível em: <http://www.cecvi.org.br/> Acesso em: 15 de maio de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre a Geografia Cultural**. Departamento de Geografia. Disponível em:- http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm. Acesso em: 10 de maio de 2015.

FOX, Jefferson; SURIANATA, Krisnawati; HERSHOK, Peter; PRAMONO, Albertus Hadi. **O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial**. In: Cartografias sociais e território. Henri Acselrad (organizador). Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicampo, 2006.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Territórios Quilombolas**. Relatório 2012. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio-sobre-os-territorios-quilombolas-incra-2012>. Acesso em 10 de maio de 2015.

Núcleo de estudos sobre identidades e relações étnicas – NUER. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Textos e Debates Nº 7, UFSC, 2000.

MACHADO, Cabral Meline. **Mapeamento cultural e gestão cultural de terras**

indígenas. 2014. 119 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MAGALHÃES, Marize Torres. **Ponto de cultura e desenvolvimento humano: Um estudo de caso na comunidade quilombola Kaonge**. Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para obtenção do título de mestre. UFRB, Cachoeira, 2013.

Disponível

em

<http://www1.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/MARIZE%20TORRES%20MAGALHES.pdf> Acesso em 25 de março de 2015.

MARTINELLI, Marcello. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. 6. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Íris Gomes; SCHOMMER, Paula Chies; Accioly, Miguel da Costa (organizadores). **Aprendendo com identidade e Diversidades de Comunidades Tradicionais de Pesca e Mariscagem do Baixo Sul Baiano**. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEPPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola. Comunidades Quilombolas Brasileiras-Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Presidência da República, 200_.

SOUZA, Andréia Lisboa de; SOUSA, Ana Lúcia Silva; LIMA, Heloisa Pires; SILVA,

Marcia. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.